

MURILO TEIXEIRA CARVALHO

**PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, O TERRITÓRIO FABRIL SOB A LENTE DA
(I)MATERIALIDADE.**

JOINVILLE

2013

MURILO TEIXEIRA CARVALHO

**PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, O TERRITÓRIO FABRIL SOB A LENTE DA
(I)MATERIALIDADE.**

Dissertação apresentada a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Patrimônio e Memória Social

Professora Orientadora: Prof^a. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

JOINVILLE

2013

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Carvalho, Murilo Teixeira

C331p Patrimônio industrial, o território fabril sob a lente da (i)materialidade / Murilo Teixeira Carvalho ; orientadora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes – Joinville: UNIVILLE, 2013.

79f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado Patrimônio Cultural e Sociedade –
Universidade da Região de Joinville)

1. Indústrias. 2. Territorialidade. 3. Memória. 4. Patrimônio cultural. 5. Patrimônio imaterial. I. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo. (orient.). II. Título.

CDD 363.69

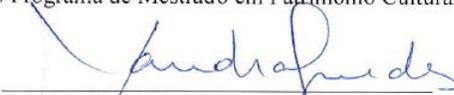
Termo de Aprovação

“Patrimônio Industrial, o território fabril sob a lente da (i)materialidade”.

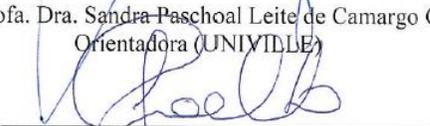
por

Murilo Teixeira Carvalho

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof.ª. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)

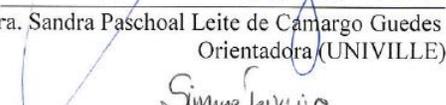


Prof.ª. Dra. Ilanil Coelho
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

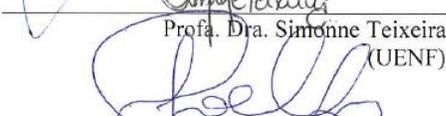
Banca Examinadora:



Prof.ª. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)



Prof.ª. Dra. Simone Teixeira
(UENF)



Prof.ª. Dra. Ilanil Coelho
(UNIVILLE)



Prof.ª. Dra. Mariluci Neis Carelli
(UNIVILLE)

Joinville, 06 de dezembro de 2013.

Dedico esta Dissertação

Aos meus pais, Manuel (in memoriam) e Cidinha, por terem sempre acreditados que através da educação que se constroem pessoas.

A minha esposa Márcia, pelo carinho que sempre teve comigo durante esses quase três anos dissertando.

Aos meus filhos Diego, Amanda e Manuel pelo tempo de ausência, para me dedicar a este trabalho.

A minha orientadora prof. Sandra Guedes pela sua dedicação e paciência.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, funcionários e colegas de turma do curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, em especial a Professora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes pelos questionamentos e direcionamentos efetuados ao longo da dissertação.

Ao meu filho Diego pela ajuda na edição de algumas figuras.

A minha esposa Márcia pelas eternas considerações e releituras do texto.

O meu lugar,
é cercado de luta e suor,
esperança num mundo melhor,
e cerveja pra comemorar.

Arlindo Cruz e Mauro Diniz

RESUMO

A dissertação faz uma reflexão teórica sobre o território (i)material das fábricas enquanto patrimônio industrial. Chama a atenção para a presença de um território fabril, composto por um conjunto de lugares diferenciados, não necessariamente “fábricas”. Traz uma desconstrução deste território enquanto forma geométrica e território único. Busca o apoio na geografia e no urbanismo ao tecer conceitos necessários à compreensão das relações de afetividade e poder presentes nos territórios e em duas de suas dimensões: a territorialidade e a temporalidade. Averigua a possibilidade de introduzir o reconhecimento dos territórios no processo de identificação do patrimônio industrial de uma região ou cidade, mas questiona se o melhor é preservar, registrar ou inventariar. A metodologia se deu através de um processo dialógico construído a partir de uma revisão bibliográfica, considerando, principalmente, os temas: espaço, lugar, território, territorialidades e temporalidades, alcançando como resultado a presunção da existência de múltiplos territórios com suas múltiplas territorialidades e temporalidades no entorno das fábricas.

Palavra-chave: Patrimônio Industrial. Lugar. Território. Territorialidade. Temporalidade

ABSTRACT

The dissertation is a theoretical reflection on the (i)material territory from factories as industrial heritage. It draws attention to the presence of an industrial area, composed by a set of differentiated sites, not necessarily “factories”. It brings a deconstruction of this territory as geometric shape and unique territory. It searches support in geography and urbanism to create concepts necessary for the understanding of the relationships of affection and power present in the territories and in two of its dimensions: territoriality and temporality. It ascertains the possibility of introducing the recognition of the territories in the identification process of the industrial heritage of a region or city, but questions whether or not it's best to preserve, register or inventory? A The methodology was set through research, made from a bibliographic review, considering the topics: space site, territory, territoriality and temporality, reaching as a result, the presumption of the existence of multiple territories with their territoriality and multiple temporalities in the surrounding factories.

Keyword: Industrial Heritage. Place. Territory. Territoriality. Temporality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A fábrica vista como espaço da organização do trabalho.....	25
Figura 2 - Vista área da Fundação Tupy e seu entorno, Joinville - Santa Catarina.....	27
Figura 3 – Antiga Fábrica de Tecidos Bangu, fundada em 1889, no bairro de Bangu, Rio de Janeiro.....	30
Figura 4 – Antiga Fábrica de Tecidos Bangu, fundada em 1889, no bairro de Bangu, Rio de Janeiro. Atual Shopping Bangu.....	31
Figura 5 – Praça de alimentação do Shopping Bangu - antiga Fábrica de Tecidos Bangu.....	31
Figura 6 – Chaminé da antiga Fundação Wetzel, Joinville/SC.....	37
Figura 7 – As chaminés foram as únicas estruturas que sobraram da antiga fábrica de cimento Itaú, em Contagem-MG, região metropolitana de Belo Horizonte.....	38
Figura 8 - Proposta de intervenção na antiga fábrica de cerveja Antartica/ Joinville/SC direcionada para o turismo e o lazer.....	42
Figura 9 - Fábrica de Tecidos Confiança Industrial, localizada no bairro de Vila Isabel, RJ: transformada em hipermercado a pouco mais de três décadas.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO FABRIL RECONHECIDO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	15
1.1.O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	16
1.2.A INFLAÇÃO PATRIMONIAL	18
CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO FABRIL RECONHECIDO COMO FORMADOR DE IDENTIDADE	23
2.1. BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS FÁBRICAS.....	23
2.2. A FÁBRICA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE	25
CAPÍTULO 3 - A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DA LÓGICA PRODUTIVA	35
3.1. ESPAÇO, LUGAR E LUGAR DE MEMÓRIA	39
3.2. TERRITÓRIO	44
3.2.1. Territorialidades	49
3.2.2. Temporalidades	52
3.3. TERRITÓRIO PATRIMÔNIO	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Fábrica Fechada

Barulhos quietos
martelando sempre
na mesma tecla.
Silêncio irritado:
Homens mortos trabalhando

Julio Saraiva

A revolução industrial trouxe para as cidades ocidentais transformações urbanas; introduzindo importantes mudanças no dia a dia dos seus cidadãos, no modo de viver, de trabalhar, de habitar e até mesmo de construir as próprias cidades. Parte dessas cidades passou a se organizar considerando a atividade de produção como eixo de estruturação urbana, com reflexo direto no seu cotidiano. Entretanto, com o processo de globalização da economia mundial, iniciado no final do século XX, associado à automação das indústrias e à consolidação das áreas centrais em centros comerciais e prestadores de serviços, antigas edificações fabris passaram à condição de espaços de pouca atratividade para a própria atividade industrial. Atualmente, parte desses edifícios vem se convertendo em obstáculos ao processo de qualificação do espaço urbano, sendo imputado a eles: o abandono, a demolição ou a readequação do seu uso; neste último caso, nem sempre refletindo o valor cultural conferido à edificação. Um número significativo dessas edificações já foi demolido enquanto outros se encontram encravados em áreas urbanas centrais, sofrendo forte pressão imobiliária. São indústrias, algumas ainda em atividades, mas com prazo de validade a prescrever. O que fazer com esses edifícios industriais? Devemos preservá-los? Quantos e quais deles merecem ser preservados? Como devemos encaminhar esse processo? Devemos preservar o conjunto de edificações? Há espaço para tanta ação preservacionista?

Preservar ou apenas registrar? São perguntas que nos deixam incomodados, pois, se couber a uma parcela desses edifícios o ato da preservação, de que forma, então, as cidades deverão promover a gestão deles sem que incorram em um processo de banalização do seus patrimônios culturais e que ao mesmo tempo atendam às prerrogativas da carta de Nizhny Tagil¹. Na referida carta, percebemos que esta reconhece os edifícios industriais como fortes transmissores de uma mensagem cultural impregnada de signos e, o seu texto remete a ações preservacionistas, reforçando a necessidade de usarmos métodos consistentes de identificação e escolha do patrimônio industrial a ser preservado, evitando, assim, uma proliferação preservacionista, que venha a trabalhar contra o próprio patrimônio industrial.

Se por um lado essa visão contemporânea nos traz oportunidades preservacionistas, ela também pode nos levar a um processo de saturação e banalização quando buscamos preservar pelo simples fato de ser antigo. Diferente da maioria das edificações que se restaura, reforma, amplia e continua sendo utilizada da mesma forma, o espaço industrial nem sempre permite este *retrofit*², pois, em vários casos a edificação preservada assume usos distintos daquele que gerou o interesse patrimonial.

Neste cenário, onde a princípio tudo pode ser considerado patrimônio cultural, Choay (2006) nos traz um alerta sobre a proliferação patrimonial que a sociedade contemporânea vem promovendo, principalmente em países ocidentais. Para Choay, estamos desprezando seleções e classificações, visando uma exaustividade simbólica ao reunir, do mais significativo ao mais insignificante, os testemunhos de um passado

¹ Carta de Nizhny Tagil: Documento aprovado pelos delegados da TICCIH – The International Committee for the Conservation of industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial), na cidade russa de Nizhny Tagil, em 17 de julho de 2003, afirmando “que os edifícios e as estruturas construídas para as atividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. Para além disso, os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro” (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003, p.2).

² Retrofit é um termo em Inglês referente a reforma, surgiu no início da década de 90, na Europa e nos Estados Unidos, significa valorizar, customizar, adaptar e melhorar antigos edifícios através da incorporação de avanços tecnológicos (QUALHARINI,2007).

secular e os de um passado recente. É necessário fazer escolhas, porém, é “[...] impossível de prejudicar aquilo de que se deve lembrar”

Se for necessário fazer escolhas, então precisamos ampliar cada vez mais o conhecimento sobre os edifícios industriais e suas diversas relações, sejam elas sociais, ambientais ou econômicas. Ao longo das últimas décadas e, principalmente com a publicação da Carta de Nizhny Tagil, a noção de patrimônio industrial vem se expandindo, sobretudo em virtude da ampliação dos conceitos relacionados à cultura e de um novo posicionamento mais aguerrido da sociedade em reivindicar os seus direitos e de reconhecer os seus deveres culturais. A cultura não é constituída apenas de direitos. Temos também nossos deveres. Muitos direitos são, ao mesmo tempo, deveres: o direito de poder usufruir de um conjunto de edifícios fabris preservados estabelecidos constitucionalmente também nos traz o dever de preservá-los, quer individual, quer coletivamente.

É fato que ao nos aprofundarmos na história das cidades verificamos uma forte correlação entre a espacialidade das atividades produtivas e o cotidiano vivenciado pelos seus moradores e, ao assumirmos a existência desta correlação, surge a oportunidade de investigar se o reconhecimento dos territórios com suas territorialidades e temporalidades ascendidas pelo processo de desenvolvimento econômico local, contribuem na identificação do patrimônio industrial das cidades.

No entanto, discorrer sobre territórios, suas territorialidades e temporalidades e as relações existentes entre estes e o patrimônio industrial é algo novo, complexo e pouco abordado no âmbito do patrimônio cultural. É preciso buscar o apoio no urbanismo e na geografia para melhor compreendê-los, pois significa conhecer os diversos conceitos relacionados à passagem do tempo e à produção do espaço ocupado pelo homem, conhecer o espaço fabril e compreender as relações ali existentes intra e extramuros.

Diante do exposto, esta dissertação busca contribuir, através da melhor compreensão da (i)materialidade a espacialidade fabril, no processo de identificação e escolha dos edifícios e territórios industriais de relevante interesse social de preservação cultural. Exploramos este tema em virtude das dificuldades que as instituições

responsáveis pela preservação cultural encontram para reconhecer quais as edificações industriais que justifiquem a proteção como patrimônio cultural.

Para responder a esses objetivos, a dissertação foi organizada em três capítulos, onde, através de uma metodologia baseada em referências bibliográficas que, necessariamente, não trata de contrapor o que foi dito por um autor, mas sim, buscar através de outro autor, complementá-lo, procurando, assim, produzir um entendimento sistêmico de algo de difícil compreensão se pensado em separado. Procura-se não o enfrentamento de posições, mas, destacar as interações. É uma posição dialógica fortalecida pelo conjunto das impressões.

Através desta metodologia, o primeiro capítulo apresenta o patrimônio industrial como parte integrante de algo maior, ou seja, do Patrimônio Cultural, conceitua e justifica a necessidade do reconhecimento e preservação do patrimônio industrial, através do apoio em Laurent Lévi-Strauss (2001), Cunha Filho (2004), Meneguello (2011) e, principalmente, na Carta de Nizhny Tagil. O capítulo discorre, ainda, sobre a problemática relativa à inflação preservacionista que, segundo vários autores, entre eles, Pinto Junior (2007), Baudrillard (1990), Huyssen (2000) e Jeudy (2005), tem levado a banalização de alguns referenciais históricos originados do setor produtivo.

O segundo capítulo faz uma reflexão sobre o reconhecimento do espaço fabril como elemento de construção das identidades dos grupos vinculados ao setor produtivo de uma sociedade. Apresenta um breve histórico do surgimento das fábricas, demonstrando que o seu surgimento não necessariamente encontra-se vinculado à revolução industrial. Ancoramos a discussão em Cunha (2008), Decca (1984) e Dickson (1978) para melhor expor esse histórico e; finalizamos o capítulo abordando a fábrica como espaço de produção de memória e identidade, dialogando, principalmente com Nora (1993), Halbwachs (1990), Abreu (1998) e Candau (2011).

No último capítulo, através de autores como Lefévre (1991) e Castells (1983) discorreremos, primeiramente sobre a organização do espaço urbano a partir da lógica produtiva e, em seguida, considerando que a ocupação industrial produz lugares diferenciados, formadores de territórios urbanos repletos de territorialidades e

temporalidades, buscamos apoio em: Poulet (1992), Reis-Alves (2007), Tuan (1983), Castello (2003), Carlos (2007), Augé (2005), Pesavento (2007), para melhor conceituar e refletir sobre os lugares. Dialogamos com Haesbaert (1997 e 2007), Santos (1985, 2001 e 2009), Dematteis (2007), Quaini (1983), Saquet (2009 e 2011a), Turri (2002) e Bourdin (1984), na compreensão e formação dos territórios urbanos e, finalmente com Raffestin (1979 e 1993), Saquet (2009 e 2011a), Candau (2011) e Braga (2013) buscamos nos posicionar quanto às territorialidades e temporalidades existentes nos territórios.

Fechamos o capítulo com uma abordagem sobre um possível território-patrimônio, demonstrando a presença de um território fabril, a partir de um conjunto de lugares diferenciados, não necessariamente composto apenas por edificações fabris.

Nas considerações finais, após correlacionar patrimônio industrial e territórios, com base nos referenciais teóricos, destacamos os principais pontos da dissertação, dentre eles: a presença de um território fabril, motivado por um conjunto de lugares diferenciados; a desconstrução deste território enquanto forma geométrica e território único e a existência de múltiplos territórios fabris sobrepostos no tempo e no espaço, com suas territorialidades e temporalidades.

CAPÍTULO I - O ESPAÇO FABRIL RECONHECIDO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio industrial faz parte do patrimônio cultural que, por sua vez, está presente nos chamados direitos culturais. A expressão “direitos culturais” surgiu, no Brasil, através do artigo 215 da constituição federal de 1988. No entanto, tais direitos, já estavam garantidos em Constituições anteriores, de forma mais dispersa e com foco maior nas belas-artes e no patrimônio edificado.

Para Cunha Filho (2004, p.34), Direitos Culturais são os direitos

[...] às artes, à memória coletiva e ao repasse dos saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referente ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana.

Foi através da Constituição Federal de 1988 que o patrimônio cultural sofreu sua mais significativa ampliação, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento do patrimônio imaterial. Neste contexto, o seu artigo 216, estabeleceu um largo conceito de patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem [...].

O patrimônio cultural passou a ser compreendido pelo seu aspecto tangível e intangível, dimensões, que apesar da dualidade, não aparecem como áreas separadas, são um conjunto único, de coerentes manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes dos inúmeros componentes da cultura dos diferentes grupos sociais (LÉVI-STRAUSS, 2001).

Neste arcabouço constitucional o patrimônio industrial encontra-se inserido como uma das dimensões do patrimônio cultural nacional.

1.1 - O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

A revolução industrial e o surgimento dos espaços fabris alteraram significativamente as relações sociais, técnicas e econômicas das condições de produção da humanidade. A partir dessa premissa vários estudos vêm sendo realizados no sentido de compreender o impacto dessas alterações, seja pela valorização dos vestígios materiais existentes ou pelo reconhecimento de sua importância imaterial (BIELSCHOWSKY, 2009).

Meneguello (2011, p.1819) afirma que

[...] o patrimônio industrial está definitivamente inscrito como campo de pesquisa e atuação que atinge, simultaneamente, a memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de acervos e a presença de edificações industriais na trama urbana.

A Carta de Nizhny Tagil, aprovada pelos delegados TICCIH³, no ano de 2003 reflete esse desejo ao afirmar que os edifícios industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se inserem, assim como todas as manifestações, tangíveis ou intangíveis ligadas aos processos industriais, são de suma importância, principalmente para as comunidades em que estão inseridas.

Segundo a Carta de Nizhny Tagil (Anexo 1), o patrimônio industrial compreende:

³ TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial), é a organização mundial consagrada ao patrimônio industrial, sendo também o consultor especial do ICOMOS - International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) para esta categoria de patrimônio. Os delegados da TICCIH aprovaram o texto da Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial na Assembléia Geral do TICCIH, de caráter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil, Rússia, em 17 de Julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO.

[...] os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Seus vestígios englobam, também: oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

O conceito de patrimônio industrial inserido na carta é amplo e não compreende apenas a figura do edifício industrial e o seu maquinário. Ele possui valores especiais que se apresentam como um testemunho histórico; revestidos ou não de um valor social, produzido pelo cotidiano de uma sociedade que se insere em seu contexto, conferindo-lhe um sentimento identitário; podendo, ainda, apresentar um valor tecnológico e/ou estético, quer seja através da qualidade da sua arquitetura ou mesmo a partir das inovações presentes na sua concepção.

Partindo desses valores, a Carta de Nizhny Tagil (2003) apresenta proposições preservacionistas, com forte direcionamento e questionamento às comunidades onde estão inseridos os sítios industriais. Dentre essas proposições podemos destacar, entre outras, que as coletividades territoriais, ou seja, as cidades devem:

- i. Identificar, inventariar e proteger os vestígios industriais que se pretende preservar para as gerações futuras;
- ii. realizar inventários de todos os sítios identificados;
- iii. realizar e conservar, em arquivo público, o inventário completo das características físicas e das condições de um sítio, antes de qualquer intervenção;
- iv. realizar investigação arqueológica com o mesmo nível de elevado rigor com que se aplica no estudo de outros períodos históricos;
- v. efetuar programas de investigação histórica para fundamentar as políticas de proteção do patrimônio industrial;
- vi. identificar os mais significativos vestígios de paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais mais significativos;
- vii. proteger, por medidas legais, os sítios e estruturas de reconhecida importância patrimonial;
- viii. definir diretrizes para futuras intervenções nos sítios mais significativos;
- ix. identificar, os sítios ameaçados a fim de que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projetos de restauro e de reutilização (NIZHNY TAGIL, 2003).

De que forma, então, as cidades assumirão os seus processos de preservação do patrimônio industrial; considerando o contexto histórico, preservacionista e revitalizador; plenamente apoiado no pensamento contemporâneo, sem que incorram em um processo de banalização do seu patrimônio e ao mesmo tempo atendam às prerrogativas da Carta de Nizhny Tagil?

1.2 - INFLAÇÃO PATRIMONIAL

Ao longo das últimas décadas a noção de patrimônio cultural vem se expandindo, sobretudo em virtude da ampliação dos conceitos relacionados à cultura e de um novo posicionamento mais aguerrido da sociedade em reivindicar os seus direitos e de reconhecer os seus deveres culturais. Passamos do

[...] monumento excepcional ao patrimônio vernacular das cidades e do campo; do elemento isolado e precioso aos conjuntos de construções e paisagísticos; do imóvel aos móveis; do material ao imaterial, em particular o patrimônio etnológico com seus costumes, experiências etc. (PINTO JUNIOR, 2007, p.6),

No entanto, o apego ao patrimônio parece ter assumido uma espécie de atribuição de sentido e significado ao passado, um apego que desponta uma necessidade de edificação de uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, no intuito de combater a profunda ansiedade com a velocidade da mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e espaço da atualidade (PINTO JUNIOR, 2011). Na “[...] medida em que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente os vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi” (NORA, 1993, p.15). Surge aí o nosso sentimento de inibição em destruir. Chamamos este apego desmedido de um dever de memória que nos é imposto a partir de um estado de culpa estimulado pela necessidade moral da rememoração, onde “[...] não temos [mais] a liberdade de esquecer (JEUDY, 2005, p.15).

Diante disto, Pinto Junior (2007) nos faz um alerta para os cuidados que devemos ter com os processos de preservação, pois, caso o sentimento de apego dê lugar ao de

repulsa, todo o esforço destinado ao reconhecimento e a valorização do patrimônio terá sido em vão. Baudrillard (1990) vai mais além, ao afirmar que já não estamos no crescimento patrimonial; estamos na excrescência. Somos uma sociedade da propagação que cresce sem poder medir seus próprios fins onde,

[...] nada mais desaparece pelo fim ou pela morte, mas por proliferação, contaminação, saturação e transferência, exaustão e extermínio, por epidemia de simulação, transferência na existência segunda da simulação. Já não há modo fatal de desaparecimento, mas sim um modo fractal de dispersão. (BAUDRILLARD, 1990, p.38)

Diante desta inflação patrimonial, Huysen (2000, p.37) traz a seguinte proposição: “se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados”. Devemos aprender a dizer não. Saber separar o que realmente pode ser restaurado ou reutilizado, mas que traga benefícios reais aos grupos direta ou indiretamente envolvidos.

Kühl (2010) evidencia alguns problemas relacionados ao patrimônio industrial: ressalta que as experiências de intervenções nesses bens, não incorrem em reflexão profunda sobre conceitos, metodologia, princípios de preservação e esforços interdisciplinares de síntese que levem a um conhecimento mais amplo do próprio processo de industrialização.

Apesar de recente a preservação do patrimônio industrial vem se expandindo a passos largos; parte precipitada por uma obsolescência funcional dos edifícios fabris; parte pela ampliação da demanda de direitos culturais, já comentada anteriormente. Esse patrimônio, em algumas situações tem sido banalizado, pois requer tamanho investimento em seu restauro ou mesmo na sua manutenção que as cidades não conseguem viabilizá-los.

Jeudy ressalta que para que exista patrimônio reconhecível,

[...] é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura (2005, p.19).

A expansão patrimonial desmedida nos obriga pensar no que deveremos destruir um dia, já que apreender a destruir, determina o que é preciso destruir, no sentido de não levá-lo em consideração como referência. Este, segundo Simmel (2011), será o ensinamento de base que os arquitetos deverão receber em suas escolas. O desafio será de como fazer desta destruição algo positivo, pois, em determinadas situações, conservar já pode ser uma maneira de por fim a algo que ainda está vivo (JEUDY, 2005).

No caso do patrimônio industrial, reconhecê-lo como patrimônio cultural significa compreendê-lo como um lugar ou conjunto de lugares que, em grande parte, sofreu profundas transformações ao longo do tempo ou em determinado momento marcante. Isto nos remete à necessidade de compreender conceitos relativos tanto à passagem do tempo como à ocupação do espaço. Significa conhecer as diversas formas de relações, intra e extramuros acontecidas e as espacialidades assumidas tangíveis ou intangíveis. Isto nos remete a conhecer a gênese das fabricas, os tipos de relações ocorridas, as lembranças, as memórias, as identidades assumidas, bem como as formas de apropriação do espaço e do tempo no espaço e no tempo, através de seus lugares e territórios. Estes temas serão objetos de discussão nos próximos capítulos, mas antes, abriremos uma breve discussão em relação à dimensão imaterial do patrimônio industrial e seus instrumentos de proteção.

A imaterialidade possui características diferenciadas da sua versão material uma vez que o patrimônio imaterial sofre constante mutação no tempo e no espaço.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Unesco em 17 de outubro de 2003, veio definir patrimônio cultural imaterial como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade (UNESCO, 2006).

A Constituição Federal apresenta o patrimônio imaterial como

[...] as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas e demais atividades possuidoras de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira compõem o patrimônio imaterial.

Assim, o nosso próprio modo de ser e interpretar a vida forma o patrimônio imaterial.

O § 1º do artigo 216 da Constituição Federal discorre sobre quais são os instrumentos de proteção do patrimônio cultural brasileiro:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários, registros**, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. **(grifo nosso)**

Registros e inventários constituem, segundo o mandamento constitucional, formas de proteção do patrimônio cultural imaterial, sendo que o inventário é também aplicável ao patrimônio cultural material.

O instrumento “Registro” está regulamentado através do Decreto 3551/2000 e foi instituído em consonância com as diretrizes da Unesco. Cunha Filho (2004, p.125) afirma que o registro é

[...] uma perenização simbólica dos bens culturais. Esta perenização dá-se por diferentes meios os quais possibilitam às futuras gerações o conhecimento dos diversos estágios porque passou o bem cultural.

O registro tem a finalidade de identificar, reconhecer e valorizar as manifestações culturais e os lugares onde estas se realizam, os saberes e as formas de expressões dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. É uma ação do Poder Público, que permite envolver a imaterialidade do patrimônio cultural.

Laurent Lévi-Strauss (2001, p.27) faz a seguinte avaliação quanto ao Decreto:

[...] gostos, necessidades, modos de vida, valores e representações sempre evoluíram e continuarão a fazê-lo e, se uma comunidade abandona uma prática social, não há como se opor. O que pode ser feito, e o decreto atende a isto, é, por um lado, inventariar, estudar e conservar e, por outro, oferecer reconhecimento social aos detentores desse patrimônio para que tenham reconhecida sua importância, convidando-os a perpetuá-lo a transmiti-lo às novas gerações que, por sua vez, terão tomado consciência de seu valor.

Já, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), segundo o IPHAN (2013)

[...] é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN com o objetivo de produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística.

O inventário busca administrar o patrimônio de uma forma ampla e pluralista ao invés de tutelar apenas o patrimônio mais significativo esteticamente produzido pela classe abastada e tradicionalmente preservado em diferentes momentos da história de nosso país, como demonstra Fonseca (2005). A delimitação da sua área ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Territórios multiescalares, que podem, segundo o próprio IPHAN (2013), corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais.

A Carta de Nizhny Tagil destaca o inventário como instrumento fundamental do estudo do patrimônio industrial e, ressalta, ainda, que muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efetuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou fim da atividade produtiva. Segundo a carta, o inventário deve incluir descrições, desenhos, fotografias, registro em vídeo da referida fábrica ainda em funcionamento, mas, também, as memórias das pessoas que aí trabalharam, pois estas constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser registradas e conservadas, sempre que possível.

As referências nos trazem até então, as seguintes indagações: o que preservar? Qual a abrangência de uma preservação, inventário ou mesmo registro de uma edificação industrial? É apenas o prédio histórico que deve ser preservado, inventariado

ou registrado? É o seu conjunto⁴? Envolve outras relações, nem sempre materializadas nos processos de industrialização?

CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO FABRIL RECONHECIDO COMO FORMADOR DE IDENTIDADE

2.1. BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS FÁBRICAS

A partir do século XVI o homem torna-se o centro de tudo e não mais Deus. A razão prevalece sobre a religião e a igreja. O lucro não é mais pecado: é ideal de vida. Le Goff (1984) posiciona o século XVI como o início do desenvolvimento da sociedade capitalista, onde novas atitudes em relação ao trabalho e ao dinheiro são assumidas, apoiadas pela ética protestante que se expande pela Europa. O século inaugura um período de profundas transformações e rupturas no continente europeu. É quando começa o processo de acumulação do capital que será investido mais tarde, na chamada Revolução Industrial gerando, assim, a grande ruptura econômica, social e ambiental ocorrida na Europa, no século XVIII. O trabalho passa a ser então realizado “[...] na fábrica, por centenas de trabalhadores, que operam, ou não, máquinas, e executa cada qual uma tarefa exclusiva, aumentando dessa forma a produtividade e a rentabilidade” (CUNHA, 2008, p. 22). É nesse contexto de ruptura, reconhecido como revolução industrial que surgem os espaços de produção com características próximas às das nossas atuais fábricas.

Decca (1984) questiona porque os trabalhadores foram reunidos a partir de um determinado momento num mesmo local de trabalho, constituindo aquilo que ficou conhecido como sistema de fábrica. Ele mesmo nos ajuda a elucidar a questão trazendo a afirmativa de Marglin (MARGLIN apud DECCA, 1984, p.19), quando este discorre que:

⁴ Conjunto: congrega uma heterogeneidade no espaço, sendo os fragmentos de história dentro do espaço urbano maior, do território urbano mais abrangente.

[...] a reunião dos trabalhadores na fábrica não se deveu a nenhum avanço das técnicas de produção. Pelo contrário, o que estava em jogo era justamente um alargamento do controle e do poder por parte do capitalista sobre o conjunto de trabalhadores que ainda detinham os conhecimentos técnicos e impunham a dinâmica do processo produtivo.

Decca (1984, p. 24-25) assegura, ainda, que

[...] a fábrica transformou-se no nosso marco organizador [dos] desejos empresariais. Por isso mesmo, embora pudessem ser encontradas máquinas nas primeiras fábricas, muito raramente essas máquinas chegaram a se constituir na razão do surgimento das fábricas.

Observa-se então, que desde a origem das fábricas, o que estava em jogo eram as relações de poder que gradativamente determinaram o próprio limite da produção de saberes técnicos. Decca (1984, p.36) afirma que “[...] a luta transcorrida desde a instalação do ‘putting-out-system’⁵ até a consolidação do sistema de fábrica não foi outra coisa a não ser a instituição do próprio social e do domínio desse social como apropriação de saberes”.

Dickson (1978) enumera quatro argumentos importantes para o estabelecimento desse sistema de fábricas. Primeiramente, ele cita a necessidade dos comerciantes que precisavam controlar e comercializar toda a produção dos artesãos. Em seguida, o interesse desses comerciantes na maximização da produção. O terceiro ponto para ele era o controle da inovação tecnológica e, por último, o espaço da fábrica promovia uma organização da produção que tornava imprescindível a figura do empresário capitalista. Ou seja, o surgimento do sistema de fábrica acontece muito mais pela necessidade organizativa do que pela técnica.

⁵ Putting-out-system é o sistema doméstico de produção, vigorou a partir da idade moderna, quando a classe burguesa passou a oferecer aos artesãos a matéria prima e as ferramentas necessárias para a produção. A atividade permanecia sendo realizada nas residências dos artesãos (DECCA, 1984).

A fábrica, então, se materializa como uma nova organização do trabalho, sem a necessidade de ocorrência de qualquer transformação profunda do aparato tecnológico, como podemos ver na Figura 1, não sendo exclusiva do sistema capitalista de produção.

Figura 1 - A fábrica vista como espaço da organização do trabalho.



Fonte: omeublogdehistória.blogspot.com

2.2. A FÁBRICA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE.

Eu bato o portão sem fazer alarde
Eu levo a carteira de identidade

Uma saideira, muita saudade
E a leve impressão de que já vou tarde

Chico Buarque

A fábrica surge, então, como um lugar onde “[...] são produzidas as relações sociais e onde se dá uma particular e decisiva apropriação do saber” (DECCA, 1984, p.39). Passa a ser um espaço de um grupo, onde “recebe a marca do grupo e vice-versa, [onde] o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos” (HALBWACHS, 1990, p.133), eles deixam marcas. São espaços produtores de fortes relações sociais, frutos de (re)significações, que comportam, ainda, diferentes espaços sobrepostos, com significados e identificações de diferentes grupos. São lugares repletos de lembranças boas e ruins, que contribuem na formação da memória coletiva de um determinado grupo ou grupos, passíveis de serem transformados em lugares de memória desse ou desses grupos.

Para Nora (1993), esses lugares de memórias são espaços que podem evocar nas pessoas sentimentos de identificação, pois estão carregados de simbologias

[...] que podem evocar e parar o tempo, bloquear o esquecimento, fixar, imortalizar, materializar o imaterial. [...são] lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; num espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel (NORA, 1993, p.22).

No caso das fábricas, nem sempre a instituição de lugares de memória está, necessariamente, limitada a elas. Podem vir a compor uma rede de pequenos lugares interconectados, polarizados por um lugar central; normalmente, portos, estações ferroviárias, terminais de carga ou até mesmo por uma fábrica de maior porte ou de grande influência, conforme pode ser visto na Figura 2, onde uma grande fundição polariza as demais edificações do entorno. Essas redes de conexões e seus elementos aglutinadores, em muita das vezes, surgem como elementos fortes na construção da memória coletiva de um determinado grupo, não estando ele delimitado a uma única edificação ou empresa. Essas redes de conexões são espaços da cidade que se tornam percebidos pela população por conter significados profundos, representados por marcos

referenciais fortes e por conter um somatório de fatores físicos e psicológicos, frutos da configuração urbana, mas, principalmente, das interações adotadas pelos que vivem ou viveram aqueles espaços. São interações protagonizadas por nossas lembranças que, compartilhadas se consolidam como nossas memórias coletivas.

Figura 2 - Vista área da Fundação Tupy e seu entorno, Joinville - Santa Catarina (2013)



Fonte: IPPUJ

Halbwachs (1990) considera essas memórias coletivas como o conjunto de lembranças constituídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. Não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas pela aderência do grupo do qual ele faz parte àquele mesmo espaço. Espaço em que se habitou, trabalhou ou viveu e que foi compartilhado por uma coletividade durante certo tempo, como a sua residência, a rua, o comércio, o bairro ou o local de trabalho. Pode ser ainda definida como um hábito cotidianamente presente na vida de indivíduos e grupos,

estruturador das práticas sociais necessárias ao convívio em grupo, que não necessariamente se limita ao contexto de uma indústria ou de seu parque fabril, ou mesmo da atividade laboral.

A memória coletiva envolve as lembranças e as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Para Abreu (2009) é a partir delas, ou de seus registros, que se pode enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos que já passaram e formas espaciais que desapareceram. Como diz Poulet: “graças à memória, o tempo não está perdido e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado” (1992, p. 54-55).

Halbwachs (1990, p.159) afirma que “há tantas maneiras de representar o espaço quanto sejam os grupos”, desta forma um mesmo espaço pode ter mais de uma memória coletiva e o próprio indivíduo pode se sentir inserido em um grupo que se reconhece num estágio que pode ser urbano, que acalente uma ou várias memórias urbanas. O espaço e o tempo ajudam a construir as representações comuns a um grupo e, portanto, não é apenas uma mera elaboração individual, mas produtos de colaborações coletivas. Para ele, “cada sociedade recorta o espaço a seu modo, [...] de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças” (HALBWACHS, 1990, p.160).

Bielschowsky (2009, p.10), apresenta a memória urbana como “[...] o estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar. Lembranças essas que devem ser objetos de reapropriação por parte da sociedade.”

Figueiredo (2009) reforça o entendimento sobre memória urbana afirmando que a história de determinado lugar é a história de seus espaços, seu modo de apropriação, suas alterações e suas paisagens culturais, disso resultantes. Ela se forma a partir das memórias coletivas, que para adquirirem a verdadeira dimensão temporal e espacial, necessitam remeter a um cotidiano vivido por um grupo de pessoas num mesmo lugar.

Mas vale ressaltar que quando falamos de memória urbana não estamos nos referindo à memória da cidade,

[...] como os indivíduos não habitam a cidade na sua totalidade é necessário analisar o espaço que ganha materialidade por meio das práticas sociais que se realizam em determinado lugar, como modo de apropriação deste lugar e não de uma totalidade abstrata. São frações tanto espaciais como temporais, do trabalho, da vida privada e do lazer. As lembranças da vida cotidiana, nos seus atos mais simples e banais do cotidiano, por meio do uso de determinado lugar contribuem para fixar a memória desse lugar e é nesse processo que se constrói a identidade desse espaço que sustenta e dá sentido aos usos (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 12).

Sob um olhar metafórico, a memória urbana é abstrata, já a memória da cidade é concreta.

A memória urbana é composta pelas atividades que se realizam na cidade, através dos grupos sociais, da divisão do trabalho, das atividades cotidianas. Para Abreu (2009) é a história da socialização na(s) cidade(s). Já, a memória da cidade é composta pelos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva através da história dos transportes, da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade urbana (ABREU, 2009).

A cidade possui várias memórias urbanas, sendo parte delas protagonizadas pelas inter-relações ocorridas em conjuntos de edifícios fabris. O trabalho é, portanto, uma das formas de aderência que une indivíduos não permitindo que suas memórias fiquem perdidas no tempo. Mas o espaço do trabalho não é um coletivo de vivências homogêneas. Permitindo, assim, o surgimento de memórias grupais, ancoradas a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. No caso das fábricas são relações de dominação, cooperação, amizade, aprendizado ou, mesmo, de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. A vivência do espaço fabril acende a inúmeras memórias coletivas distintas, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma fábrica.

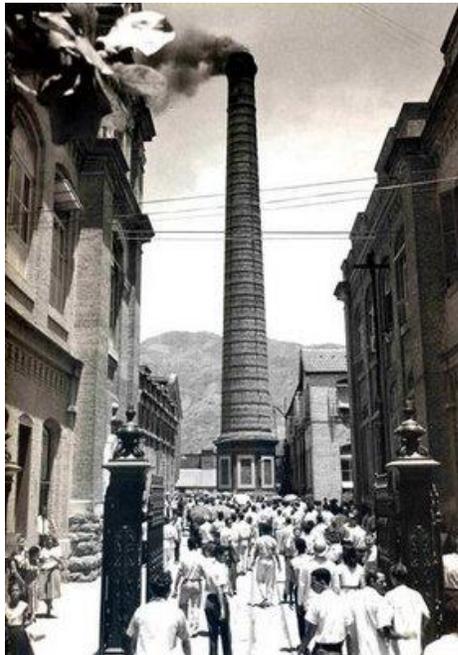
Coexistem, então, no espaço fabril inúmeras memórias coletivas, que, “ao eternizarem-se em registros permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu” (ABREU, 2009, p.15). O próprio Abreu nos alerta para o fato de que nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas. “Muitas se perderam no tempo, o que faz com que

os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas” (ABREU, 2009, p.15), normalmente são fragmentos vinculados às classes dominantes.

Le Goff (1990), atenta para o fato que são as classes dominantes que constroem os objetos mais duráveis e também acabam sendo os idealizadores e edificadores das instituições de memória, onde, não raramente salvaguardam em seus acervos lembranças do próprio grupo. Por essa razão, “os documentos que se encontram nessas instituições, e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de 'memória urbana', são eles também, expressões de poder” (ABREU, 2009, p. 15) e como afirmou Foucault (1979), não podem ser reconhecidos como matéria-prima objetiva. Eles expressam intencionalmente o poder da sociedade sobre a memória.

Neste contexto, a noção de patrimônio industrial nos remete a ideia de uma mudança de funções e sentidos: o que antes era um lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória, onde, a patrimonialização desses espaços confere aos mesmos outros sentidos, deslocando-os daqueles que estão na sua origem. Em situações mais radicais, porém cada vez mais corriqueiras, passam a ser inseridos em outra ordem, e outra estética, onde, lugares de trabalho e produção passam a fazer parte de roteiros culturais e de entretenimento. Como, por exemplo, a antiga fábrica de tecidos Bangu, localizada no bairro de Bangu, no Rio de Janeiro, local de lembranças relacionadas ao trabalho desde 1889, ano de sua fundação, hoje, transformada em local de compras e divertimento, como podemos ver nas Figuras 3, 4 e 5.

Figura 3 – Antiga Fábrica de Tecidos Bangu, fundada em 1889, no bairro de Bangu, Rio de Janeiro (meados do século XX)



Fonte: <http://virzionair.com/biblioteca/work/jean-manzon/>

Figura 4 – Antiga Fábrica de Tecidos Bangu, fundada em 1889, no bairro de Bangu, Rio de Janeiro. Atual Shopping Bangu (2013)



Fonte: <http://i65.photobucket.com>

Figura 5 – Praça de alimentação do Shopping Bangu - antiga Fábrica de Tecidos Bangu (2013).



Fonte: <http://i65.photobucket.com>

Para Jeudy (2005, p.28),

[...] o patrimônio industrial opera uma metamorfose catártica, onde a visão retrospectiva da "vida operária" tornou-se tão estética que as lembranças de exploração e dominação terminam constituindo quadros de um "outro" mundo que nunca será o nosso. São lugares que passam a não mais refletir a memória coletiva do grupo ou grupos que labutaram naquele espaço.

ou seja, a memória operária deixa de existir, dando lugar a novas memórias. Neste caso, a memória coletiva estará sempre se redefinindo, pois,

[...] quando um período deixa de interessar ao período seguinte, isto não quer dizer que o grupo se esqueceu de uma parte do passado. O que acontece é que, na realidade, o grupo já não é mais o mesmo. Quando isto acontece, e se não se quer perder uma lembrança que não mais se sustenta por si mesma na consciência dos grupos, é comum então que esta lembrança seja eternizada, que seja registrada, transformando-se então em *memória histórica* (ABREU, 2009, p.13).

Halbwachs difere memória coletiva da memória histórica. Para ele, enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la. A memória coletiva é, portanto, uma memória viva. É apenas quando o que se quer lembrar já está muito distante no passado, quando a memória social se apaga ou se decompõe, que ela tende a se transformar em memória histórica. Nas suas palavras:

Quando a memória de uma sequencia de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990, p. 80-81).

Halbwachs também nos chama a atenção para algo mais. As memórias coletivas se eternizam muito mais em registros, em documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem. São esses documentos que, ao transformar a memória coletiva em memória histórica, preservam a memória das cidades e dos seus lugares diferenciados. São eles também que permitem que possamos contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem.

Para Candau (2011, p.16), "a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada", pois, diversas são as situações onde ela faz e refaz o nosso sentimento de identidade. Isto posto, é possível abrir um diálogo entre memória e identidade. Sendo a memória a primeira faculdade que nutre a identidade, essa identidade,

[...] molda predisposições que vão levar os indivíduos a incorporar certos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais [...] que dependem da representação que [o sujeito] faz de sua própria identidade, construída no interior de uma lembrança (CANDAU, 2011, p.19).

Identidade significa pertencimento, afetividade, resistência e diferença. Constrói-se, desconstrói-se e se reconstrói através do tempo (RAFFESTIN, 2003). Para

construí-las, costumamos estabelecer relações afetivas com o nosso cotidiano, com as pessoas próximas, juntamente com um sentimento de pertencimento a certo bairro, rua ou lugar. O ser humano, através do seu dia a dia produz e renova identidades, já que

[...] vivemos uma época de simultaneidades, bem como das superposições de territórios, da dispersão, dos cruzamentos, das relações próximas e, sobretudo, das distantes. Época das redes e das múltiplas relações e identidades. (SAQUET, 2011a, p.83)

Época, onde o espaço urbano é cada vez mais complexo justamente em virtude da diversidade identitária, das diferenças, das relações políticas, dos regionalismos, dos processos econômicos, técnicos e tecnológicos. Nessa perspectiva, pertencer a uma identidade é um redescobrir, distinguindo-se dos modelos comportamentais universais.

Assim,

[...] o reconhecimento de uma alteridade contribui para o desenvolvimento da afirmação do conceito de identidade que, por sua vez, encontrou no patrimônio, reconhecido como cultural, uma sólida referência. (PINTO JUNIOR, 2011, p.3)

Essa fragilização das identidades tradicionais e das fronteiras derivou no surgimento de novas identidades, com características abertas, contraditórias, fragmentadas e inacabadas (PINTO JUNIOR, 2011). Nesse contexto, o patrimônio industrial impôs-se

como uma novidade porque permitiu, essencialmente, legitimar as reivindicações de uma identidade considerada oculta, até mesmo culpada. Era preciso que o mundo operário apregoasse a soberania de sua identidade diante das identidades das outras classes sociais proprietárias das grandes riquezas culturais (JEUDY, 2005, p.27).

Desta forma, a conservação patrimonial contemporânea vem impondo uma identidade ao patrimônio industrial que desconsidera as memórias coletivas daqueles que ali trabalharam. Espaços impregnados de lembranças relacionadas ao fazer e saber fazer são, agora, restaurados e resignificados através de novas atividades, distantes daquelas que motivaram a sua preservação.

CAPÍTULO 3 - A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DA LÓGICA PRODUTIVA.

A vida urbana, segundo Lefèbvre (1991, p.22),

[...] pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade.

A cidade, por sua vez, depende das relações diretas entre pessoas e grupos que a compõe. A cidade é fruto do processo de acumulação das relações sociais cujo intuito

primeiro é o de estabelecer a reprodução da vida. A cidade é um “ser vivo” que se molda, no tempo e no espaço, ao longo de toda a sua existência. Para Lefèbvre (1991, p.51), “a cidade muda quando muda a sociedade no seu conjunto”.

A cidade é um jogo entre condicionantes e potencialidades. Nela os homens estabelecem relações sociais determinantes que são refletidas no espaço urbano através da forma, da função e de uma significação social. Esse reflexo “não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade se especifica” (CASTELLS, 1983, p.146).

A cidade é, portanto, "uma mediação entre as mediações" (LEFEBVRE, 1991, p.46).

Lefèbvre (1991) vê o período histórico iniciado pela revolução industrial como ponto de partida para compreender a problemática urbana das cidades sob o regime capitalista. Para ele é a partir da produção fabril que a cidade passa a se organizar e concentrar a população em determinados espaços urbanos. Isto se deve ao fato de que a indústria, desde a sua gênese, impõe a sua lógica particular, pois se instala, propositadamente, perto de fontes de energia, de meios de transporte, de matérias primas e mão de obra específica, gerando fortes centralidades urbanas.

A organização espacial urbana e o modo de produção industrial estão imbricados, pois, “a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos” (LEFÈBVRE, 1991, p.9). O território industrializado, além de possuir uma centralidade urbana, apresenta, também, uma estrutura de rede formada por diversos equipamentos e edificações complementares como já demonstrado na Figura 2, que mostra uma vista aérea da Fundação Tupy S.A., localizada na cidade de Joinville/SC. Podemos ver na foto, além da própria fundição, vários outros edifícios gravitando em torno do prédio central. Temos escolas, cooperativa, associação desportiva, habitações integrados por sistemas de circulação.

As vias de circulação (rodovias, avenidas, ruas, caminhos) consolidam e determinam a organização do espaço, definindo redes que estruturam e interligam diferentes territórios. As redes, juntamente com algumas edificações mais significativas estão na base da formação do território. Essas edificações são definidas, principalmente, a partir dos símbolos, normalmente religiosos, políticos e econômicos que fazem parte da vida dos grupos sociais e assumem uma função iconográfica na paisagem urbana. Segundo Saquet, "[...] a "circulação é inerente à mudança social, a iconografia corresponde à identidade e à coesão social por meio de um sistema de símbolos que dão certa unidade" (2011, p.63). As chaminés de antigas fábricas (Figuras 7 e 8) são ícones que promovem uma coesão no entorno de uma identidade vinculada à atividade fabril.

Figura 6 – Chaminé da antiga Fundação Wetzel, Joinville/SC



Fonte: <http://farm2.static.flickr.com>

A estruturação das cidades industrializadas não surge por mera eventualidade, é fruto de uma lógica imposta pela atividade industrial. “O espaço urbano é estruturado, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social” (CASTELLS, 1983, p.146). A organização não é determinada apenas por planos governamentais. Ela é, na verdade, social; surge da necessidade do homem de viver em sociedade, considerando o conhecimento da época.

Figura 7 – As chaminés são exemplos recorrentes no processo de preservação do patrimônio industrial - As chaminés foram as únicas estruturas que sobraram da antiga fábrica de cimento Itaú, em Contagem-MG, região metropolitana de Belo Horizonte.



Fonte: <http://1.bp.blogspot.com>

A cidade, principalmente as localizadas nos países capitalistas, se estrutura justamente entre o desejo da sociedade e o que é necessário para o processo de reprodução do capital. O espaço é o local de reprodução das relações sociais em nossa sociedade, que não aparece na totalidade, mas fragmentado, tal e qual como a sociedade se reproduz (BIELSCHOWSKY, 2009). Esse espaço se estrutura no tempo, através de uma trama de lugares, que formam territórios, que possuem centralidades e assumem territorialidades e temporalidades, são espaços que conjugam o físico com o simbólico. Isto, por si só já se constitui em um tema interessante de pesquisa, porém, pode abrir perspectivas para novas considerações, como, por exemplo, a de se extrapolar as fronteiras da edificação passando a indagar como se dariam em uma escala mais ampla, fora dos limites do edifício industrial ou da empresa: haveria algum limite, em termos de extensão territorial para que se manifestasse o fenômeno de lugar? Seria viável especular sobre a ocorrência de um conjunto de lugares?

Abrir, portanto, uma discussão sobre lugares, territórios com suas territorialidades e temporalidades, torna-se *mister* para o reconhecimento do patrimônio industrial das cidades. Porém, são conceitos complexos, ainda pouco abordados no âmbito do patrimônio cultural.

3.1. ESPAÇO, LUGAR E LUGAR DE MEMÓRIA

[...] o ser privado de lugar encontra-se sem universo, sem lar, sem eira nem beira. Não está, por assim dizer, em parte alguma, ou antes, está em qualquer lugar, como destroços flutuando no vazio do espaço. [...No entanto], quando os lugares familiares retornam e reocupam o lugar primitivo, do mesmo modo aparentemente fortuito, aquele ser perdido no espaço descobre-se em casa, e descobre ao mesmo tempo o lugar perdido (POULET, 1992, p.18-20).

Espaço é o ambiente sem a interação humana, composto apenas por atributos espaciais e ambientais. É uma dimensão física; exclusivamente material. Com o apoio da geografia, podemos afirmar que o espaço possui elementos físicos e climáticos que se interrelacionam compondo a paisagem natural. Contudo, o espaço não pode ser considerado um lugar, pois não foi modificado pelo homem. Ainda assim, um determinado espaço pode possuir atributos que o eleve a posição de patrimônio; a de patrimônio natural.

Lugar difere de espaço. Lugar é o espaço vivenciado pelo homem. É o espaço com identidade, onde o material e o imaterial se entrelaçam. “O espaço só se torna um lugar no momento em que ele é ocupado pelo homem, física ou simbolicamente” (REIS-ALVES, 2007, p.5). Para Tuan (1983) isto ocorre quando ele nos é inteiramente familiar.

Castello (2003) delimita lugar como um ambiente da cidade que se torna percebido pela população por conter significados profundos, representados por imagens referenciais fortes. Diferente do espaço, o lugar é um somatório de fatores físicos e psicológicos. É uma mescla entre a morfologia urbana e o comportamento interativo das pessoas que dele se utilizam. O lugar é a “porção do espaço apropriável para vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, a praça, é a rua” (CARLOS, 2007, p.17), mas também pode vir a ser o engenho, a fábrica, a recreativa ou mesmo a hospedaria. Lugar “é o que se estabelece a partir do plano do vivido, do conhecido e reconhecido como parte de pertencimento do habitante em um

espaço delimitado, que aprofunda os laços entre habitante-lugar, habitante-habitante" (CARLOS, 2007, p.18).

Os lugares são identitários, históricos e relacionais (AUGÉ, 2005). Leva-se tempo para se afeiçoar a ele. A experiência com o lugar pode ser percebida e sentida de formas diferentes, resultando em distintas formas de lugares. Assim, "[...] a sensação de tempo afeta a sensação de lugar" (TUAN,1983, p.22), a medida que se vive aumenta a experiência com o lugar e dessa relação, emergem as distintas percepções e vivências.

Pesavento (2007) nos atenta para uma frase que costumeiramente introduzimos em nossas falas - Eu conheço um lugar. Para ela, através desta fala estamos escolhendo pontos referenciais que irão nos situar no tempo e no espaço, através de lugares que nos tocam de maneira particular, pois,

[...] todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, [lugares] muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque foram narrados pelos antigos, que os percorreram no passado (PESAVENTO, 2007, p.1).

Tuan (1983) destaca duas características fortes presentes nos lugares: o valor e o tempo responsável pelas experiências vividas e as relaciona de três formas distintas: quando adquirimos afeição a um lugar em função do tempo vivido nele; quando o lugar é uma pausa na corrente temporal - uma parada para o descanso, para a procriação ou para a defesa, e; quando o lugar é o tempo tornado visível. Aqui, podemos perceber que o tempo e a memória estão imbricados e são responsáveis por assegurar uma feição identitária aos lugares. Para Candau, "[...] a memória e a identidade se concentram em lugares, em 'lugares privilegiados', quase sempre com um nome, e que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo". (2011, p.156)

Porém, a cidade não é feita apenas de lugares,

[...] se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um [lugar] que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá o não-lugar (AUGÉ, 2005, p.73).

O "não-lugar" é o espaço modificado pelo homem, cuja interação entre a dimensão espacial e a social é efêmera ou tornou-se efêmera, normalmente são lugares

transitórios, volúveis, de curta permanência ou em decadência. A cidade é, portanto, uma composição de lugares e não-lugares, onde as suas transformações podem despertar nos indivíduos a sensação de estranhamento causada pela desfiguração de uma ambiência que deixa de existir ou de regozijo pelo surgimento de uma nova vivência do imaginário coletivo. Os lugares podem, então, se transformar em não lugares e vice-versa.

Para Augé (2005, p.95), “o espaço do não lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude”.

Evitar que lugares se transformem em não-lugares é o desejo de todos que habitam nele ou dele se utilizam. Para os urbanistas, quando isto esta para ocorrer é o momento de requalificá-los, revitalizá-los ou remodelá-los, normalmente, isto ocorre através de um processo de gentrificação⁶, onde lugares na eminência de se transformarem em não-lugares costumam ser convertidos de forma distinta do seu contexto social. Como exemplos, temos antigas fábricas transformadas em lugares turísticos, comerciais ou de entretenimento (ver Figuras 8 e 9). Para aqueles que estão voltados para a preservação de uma cultura ou da memória de um determinado grupo, é o momento de resguardá-las, onde uma das formas é através da instituição de lugares de memória.

Figura 8 - Proposta de intervenção na antiga fábrica de cerveja Antarctica/
Joinville/SC direcionada para o turismo e o lazer.

⁶ Chama-se gentrificação, uma tradução literal do inglês "gentrification" que não consta nos dicionários de português, a um conjunto de processos de transformação do espaço urbano que, com ou sem intervenção governamental, busca o aburguesamento de áreas das grandes metrópoles que são tradicionalmente ocupadas pelos pobres, com a conseqüente expulsão dessas populações mais carentes, resultando na valorização imobiliária desses espaços (Arantes, Vainer e Maricato, 2000)



Fonte: Fundação IPPUJ, Joinville/SC

Figura 9 - Fábrica de Tecidos Confiança Industrial, localizada no bairro de Vila Isabel, RJ: transformada em hipermercado a pouco mais de três décadas.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Lugares de memórias são os espaços que podem recordar nas pessoas sentimentos de identificação, pois estão carregados de simbologias que podem evocar e parar o tempo, bloquear o esquecimento, fixar, immortalizar, materializar o imaterial. São [...] “lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de

tempo e de eternidade; num espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel” (NORA, 1993, p.22).

Um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha (CANDAU, 2011, p.157).

Pesavento chama os lugares de memória também de lugares de história, para ela,

[...] os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição (PESAVENTO, 2007, p.2).

Um determinado lugar pode possuir atributos memoráveis e/ou históricos que o eleve a posição de patrimônio cultural, são lugares onde o tempo passado se tornou visível, onde as lembranças emergem – boas ou más. No processo de patrimonialização de nossas cidades observamos a preservação de um número significativo desses lugares, porém, o modelo de preservação ao qual eles estão submetidos direciona-os para a materialidade da sua arquitetura; fato que através da transposição do tempo, faz com que lembranças e memórias se esvaíam, permanecendo apenas o interesse pelo belo exemplar arquitetônico. No caso mais específico do patrimônio industrial, dada a dificuldade em manter ou resgatar a atividade motivadora do interesse cultural, torna o processo de materialização na arquitetura algo ainda mais forte.

Historicamente, a fábrica surge como um lugar onde “[...] são produzidas as relações sociais e onde se dá uma particular e decisiva apropriação do saber” (DECCA, 1984, p.39). É o espaço de um grupo, onde, se “recebe a marca do grupo e vice-versa” (HALBWACHS, 1990, p.133). São lugares produtores de fortes relações sociais, frutos de (re)significações diversas, onde se mescla dominação e apropriação; poder e afetividade.

A fábrica é o local onde indivíduos passam grande parte das suas vidas, onde a sensação de tempo afeta a sensação de lugar, onde emergem percepções e vivências. Na fábrica, as características propostas por Tuan (1983) - tempo e valor adquirido - estão presentes, sendo que, em algumas delas, o tempo deixa marcas mais profundas, tornando-as pontos de ancoragem de memórias coletivas. São lugares que suscitam lembranças boas e ruins, que contribuem na formação de memórias. São lugares fabris,

que, dotados de significado, fazem da cidade, um espaço urbano mais acolhedor, onde cada fábrica tem sua especificidade relacionada ao cruzamento de distintos períodos.

É fato que alguns desses espaços fabris, apenas como lugar, já possuem atributos que os elevam a posição de patrimônio cultural. Alguns deles já foram reapropriados pela sociedade; são edificações fabris com arquitetura mais rebuscada - fato pouco comum dentre as edificações industriais. Nesses casos, o processo de reconhecimento e preservação do patrimônio ocorreu mais pela materialidade da sua arquitetura do que pelas relações ali vividas e, ao longo do tempo, em grande parte dos casos, ficou o registro da arquitetura, mas sucumbiram as lembranças dos que ali labutaram. No entanto, se inserirmos a esses processos de patrimonialização industrial a imaterialidade das relações vividas intra e extramuros, iremos transpor os limites do espaço fabril. Neste caso, o patrimônio industrial precisa ser visto a partir de algo mais amplo, precisa ser visto a partir dos seus territórios, pois, os lugares, não costumam aparecer na totalidade, mas fragmentados, tal e como a sociedade costuma se reproduzir. O processo de industrialização, por exemplo, não produz apenas fábricas, mas cooperativas comerciais, escolas técnicas, recreativas dentre outras edificações complementares. Formam uma rede de lugares interconectados, polarizados ou não por um lugar mais central; normalmente, portos, estações ferroviárias, terminais de carga ou até mesmo por uma indústria de maior porte, construídos e reconstruídos ao longo de um determinado intervalo de tempo. São tramas de lugares, constituindo possíveis territórios, cuja mola propulsora é ou foi uma ou mais unidades fabris.

3.2. TERRITÓRIO

Para Santos, "[...] o que passa em um lugar depende da totalidade de lugares que constroem o espaço" (1985 p. 122). É o espaço visto pela soma e trama dos seus lugares, sob a forma de um território.

A palavra território deriva de terra, que, ao longo do tempo assumiu o significado de um pedaço de terra apropriado (HAESBAERT, 2007). Há vários sentidos figurados

para a palavra território, Ratzel (1983), ainda na segunda metade do século XIX, evidencia o território a partir da sua natureza política, vinculando-o a concepção de Estado; de delimitação de fronteiras. É uma abordagem conservadora e eminentemente geográfica.

As concepções mais recentes de território compartilham a ideia de apropriação de uma parcela geográfica por um indivíduo ou uma coletividade. Sack (1986) nos apresenta o território como a área de influência de um indivíduo ou grupo de indivíduos na tentativa de influenciar ou controlar outras pessoas, onde o controle ocorre a partir de uma área delimitada pelo grupo dominante. O território, neste contexto é o espaço da dominação, com significado de pertencimento; de uma terra que pertence a alguém, não necessariamente com o sentido de propriedade ou de posse, mas de apropriação. Neste caso o território surge com mais nitidez, enquanto espaço de relações entre as distintas representações que legitimam as ações de domínio sobre ele (ZAMBRANO, 2001, p.17).

Segundo Dematteis, para compreender a realidade dos territórios

[...] não basta uma geografia dos lugares nem das simples relações entre os lugares, mas é necessária uma geografia das subjetividades, das relações sociais, da projeção e do agir coletivo (2007, p.33).

O território é construído socialmente, organizado, planejado, com significados concretos [e abstratos] das gentes em seus lugares de vida (QUAINI, 1983), não pode mais ser classificado como um fenômeno inanimado, pois, há no território

[...] fixação e movimento, contradições e unidades; dominação e subordinação, controle *do* e *no* espaço geográfico, que está contido na formação territorial, não como substrato, palco, mas como elemento presente, inerente às conjugações internas do território (SAQUET, 2005, p.48-49).

O território é entendido como um conjunto de relações sociais, espaciais e temporais definidas com a finalidade de conseguir a maior autonomia possível, através de um poder, que normalmente, é exercido por autoridades presentes nas famílias, nas associações, nas fábricas, nas instituições, com influência ideológica e/ou de vigilância. A gestão do território é praticada através do exercício do poder, sendo reordenado historicamente a todo o momento, desnudando esse constante jogo do poder.

Sob este prisma, Foucault (1979) nos faz um alerta, pois, quando falamos de poder é importante não restringirmos a sua análise aos seus aspectos negativos, tais como: exclusão, repressão, censura, punição e vigilância. Existem, também, as relações de cooperação, de solidariedade, de ajuda mútua, relações também de poder, no entanto, não coercivas ou concorrenciais.

A formação de um território implica, também, em comunicação, a partir da qual um indivíduo informa ao outro suas intenções e o espaço que eles ocupam. Um indivíduo, localizado em determinado ponto ou lugar, relaciona-se com outros pontos e lugares de acordo com seus objetivos e estabelece, nessa relação, uma representação do espaço (RAFFESTIN, 1993). O território é, portanto, o conjunto desses lugares, ou melhor, desses lugares e não-lugares interligados por conexões físicas, mas também simbólicas. Ele deixa de ser visto como uma representação geométrica de sobreposições de sistemas naturais e antrópicos, pois, possui fronteiras difusas, e passa a ser “[...] o chão e mais a população” (SANTOS, 2001, p. 96). O território está agora investido de valores não apenas materiais, mas éticos, espirituais, simbólicos e afetivos.

Raffestin (1993) apresenta uma concepção multidimensional de território e uma proposição para territorialidade. É uma concepção onde território e territorialidades ocorrem através da atuação do Estado, mas envolve também a atuação dos demais grupos sociais que compõem determinada sociedade. O que podemos observar, em Raffestin (1993) é que território e a territorialidade coexistem. São conceitos de apropriação do espaço cuja diferenciação é tênue e de difícil delimitação. Na concepção de Raffestin os territórios podem ocupar espaços em formas e escalas distintas e em tempos diferentes. Temos desde o território descrito através de uma trama de pequenos lugares até os territórios formados por lugares distantes, localizados em países intercontinentais, integrados por um processo de internacionalização das economias mundiais; temos, também, desde territórios constituídos por atividades presentes no nosso dia a dia até os constituídos por lembranças de um passado.

Sob a ótica de Raffestin os territórios podem ser divididos em:

a) territórios do cotidiano: territórios do dia a dia, da satisfação das necessidades. Caracterizam-se pela descontinuidade e, por isso, podem ser considerados como uma trama de lugares;

b) territórios das trocas: territórios das relações econômicas, frutos de articulações locais, regionais e até mesmo internacionais de trocas de mercadorias. São territórios fluídos, abertos às constantes mudanças da economia.

c) territórios das referências: territórios do material e imaterial; do histórico e imaginário, das memórias. Territórios sagrados: territórios ligados à religião e à política.

A partir da visão de Raffestin, o objeto de nosso estudo se insere nos territórios das referências, "[...] justamente aquele dos antecedentes" (SAQUET, 2009, p.7). Não os territórios que se habitam, "mas aquele que se habitou ou se conhece através de leituras e da memória" (SAQUET, 2009, p.9), porém, não há como descartar os demais. Eles também atuam na construção do patrimônio cultural.

Vale destacar que, desde que o homem se fixou à terra, ele; a partir das atividades produtivas construiu, destruiu e reconstruiu territórios. Com o surgimento das fábricas essa dinâmica se fortaleceu, pois, o território, além de ser o espaço onde o homem retirava o seu sustento, passou a ser o espaço, onde, por meio do qual, se pratica a extração do lucro, ou seja, passou a ser o espaço onde o capital se materializa. Quaini (1983) sustenta que as relações de produção, na rotação do capital, constroem e organizam o território. Saquet (2011b) vai mais além, pois, para ele é na expansão do capitalismo que,

[...] as forças produtivas e as relações de produção dão formas e significados ao território. Essa organização é mediada por relações políticas inerentes aos conflitos derivados das relações capital-trabalho. O território é construído

socialmente e, ao mesmo tempo, é condição para a valorização do capital, mediando a extração de mais-valia⁷ (2011b, p.47).

O uso do território tende a facilitar a extração da mais-valia, quer seja pela sua localização ou mesmo pelas edificações já existentes. A sua realização "dá-se na circulação e no consumo das mercadorias, que está ligado ao uso e ao reuso do território para a reprodução da força de trabalho" (SAQUET, 2011b, p.8). Nesse contexto, o território, com o estabelecimento dos sistemas de fábricas, torna-se fortalecido e é cada vez mais produto e condicionante da reprodução da sociedade; onde,

[...] nada se pensa, se faz, nem se transforma sem passar pela materialidade dos lugares [...], por meio destes [...] passam, necessariamente, [...] todas as relações sociais e as suas representações conceituais (DEMATTEIS, 2005, p.119).

O território passa a ser um conjunto de lugares, que através das suas conexões formam redes de acordo com as características de cada sociedade, na tentativa de obter sua autonomia e regular suas relações com o espaço. São lugares que se integram a territórios múltiplos e sobrepostos. Territórios que se desterritorializam e reterritorializam com o passar do tempo, em virtude dos diversos fatores presentes no cotidiano de um grupo, sendo que,

[...] em cada situação territorial, [existe] uma relação de continuidade com as situações anteriores [...] onde a paisagem se faz e refaz incessantemente, onde o novo é edificado sobre o existente, transformando-o ou cancelando seus traços [...] (TURRI, 2002, p.11)

Na ótica de Turri (2002), o território é compreendido a partir de um processo histórico, com a presença de articulações temporal e territorial. “[...] Há um movimento do tempo no território e do território no tempo, simultaneamente” (SAQUET, 2011, p.62). As noções de territorialidade e temporalidade emergem como fundamentais, juntamente com os conceitos de tempo e lugar para a compreensão do território como algo vinculado

⁷ Mais-valia é o termo usado para designar a disparidade entre o salário pago e o valor do trabalho produzido. É o termo famosamente empregado por Karl Marx à diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho, que seria a base do lucro no sistema capitalista.

ao patrimônio cultural. As territorialidades e as temporalidades estão presentes no território, com suas representações (i)materiais.

Para Saquet (2011a, p. 27),

Os territórios são produzidos no espaço e no tempo, através do poder de um determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades e temporalidades. As forças sociais efetivam o território *no* e *com* o espaço geográfico, centrado nas territorialidades e temporalidades dos indivíduos e emanado delas, condicionado e sendo diretamente determinado por nossa vida cotidiana. Historicamente, formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão formas e conteúdos-significados multidimensionais aos territórios

Bourdin (1984), afirma que os territórios definem, através das suas territorialidades e temporalidades, as identidades, numa espécie de território patrimônio. Ele não diz respeito apenas ao ter, mas, também, ao ser. Sob estes aspectos, o território para muitos autores não é mais visto apenas como território, mas como algo mais fluído. É visto, também, a partir das suas territorialidades e temporalidades.

3.2.1. Territorialidades

Territorialidade significa mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares suscita sobre o agir social, sendo concomitantemente, condicionante da materialidade e imaterialidade dos lugares e territórios (RAFFESTIN, 1993). A territorialidade envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos mediados pelo território. É mais ampla que a demarcação, delimitação e controle do território. Envolve relações de conflitualidade, concorrenciais, associativas e de ajuda mútua (SAQUET, 2011a). Em uma concepção ampliada, Raffestin (1993), discorre que

a territorialidade é compreendida a partir das práticas dos homens no espaço, seja ele material ou imaterial, ou seja, espaço das representações.

São as relações que, para Saquet (2011a, p.85),

[...] os homens têm entre si (alteridade e exterioridade) e com o ambiente (urbano e rural), com a ajuda de mediadores (também materiais e imateriais), especialmente pelo trabalho (manual e intelectual), visando à conquista da autonomia.

A territorialidade exprime, então, uma “[...] relação complexa entre um grupo humano e seu ambiente” (RAFFESTIN E BRESSO, 1979, p.33), que transforma ou permanece no tempo conforme as características de cada grupo e classe social. É onde o território se diferencia do espaço, a partir da sua territorialidade cotidiana, através de um conjunto de relações estabelecidas na vida em sociedade mediada pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem (RAFFESTIN E BRESSO, 1979).

Para Raffestin e Bresso a territorialidade é histórica, fluída e gera o território.

Haesbaert (1997) sobrepõe, insere e separa territórios e territorialidades. Em sua visão tem-se desde a territorialidade como uma concepção mais ampla do que território, até a territorialidade como algo mais restrito; uma simples dimensão do território. Passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território, existe, então, territorialidade como:

- a) algo mais amplo que o território, onde todo o território corresponderia a uma territorialidade, mas nem toda territorialidade teria, necessariamente apenas um território;
- b) praticamente sinônimo de território, onde territorialidade seria uma qualidade inerente à existência efetiva do território;
- c) concepção claramente distinta de território, em dois sentidos:

1. Territorialidade como domínio da imaterialidade, como concepção distinta de território (este, necessariamente material, e concreto);
2. Territorialidade como domínio do vivido ou do não institucionalizado, frente ao território como espaço formal institucionalizado.

d) a dimensão simbólica, conforme utilizado algumas vezes no âmbito da Antropologia.

Na ótica de Haesbaert, todos os tipos de territorialidades expostas acima podem emergir a partir do ambiente fabril, pois, “estamos envoltos em um processo que foi denominado de multiterritorialidade ⁸” (HAESBAERT, 1997, p.42). Para ele a multiterritorialidade é a forma dominante da reterritorialização⁹, sendo equivocadamente identificada por muitos autores como desterritorialização¹⁰. Dantas enfatiza que

[...] o reconhecimento das territorialidades múltiplas não corresponde à aniquilação das formas mais antigas de território, que continuam a existir e formam, junto com as novas modalidades de organização territorial, uma amálgama complexa (2008, p.10).

Saquet conceitua territorialidade como “[...] o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana” (2009, p.8). Para ele a territorialidade é compreendida como relações sociais percebidas e representadas por meio de sentidos, onde, coexistem três mundos: o real, o das sensações e o das representações. São os mundos do concreto-vivido, das percepções e das imagens criadas a partir das linguagens.

⁸ multiterritorialidade é a resultante da sobreposição de territórios capaz de romper limites espaciais e temporais (HAESBAERT, 2007).

⁹ reterritorialização é o processo de sedentarização dos sujeitos em mobilidade, que passa pela ocupação de um espaço – físico, geográfico, mas também construído social e subjetivamente – a partir do qual os sujeitos sediam a sua vida, reconstróem as suas identidades, as suas redes sociais, as suas atividades – profissionais, religiosas, artísticas, sociais ou outras (HAESBAERT, 2007).

¹⁰ desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território. “A vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando outros” (HAESBAERT, 2007, p.23).

Saquet (2011a) apresenta, ainda, três domínios para a territorialidade: o domínio da vida social, animal e espiritual, cada um com relações e elementos específicos. Sob o olhar do Patrimônio cultural, a territorialidade é estudada considerando simultaneamente nossa sociabilidade, animalidade e espiritualidade, com destaque para a primeira dimensão sem, porém, desconsiderar as outras duas.

A partir da definição de Saquet (2011a) a territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos e ambientais centrados em seus agentes sociais, isto é, significa relações sociais, intencionalidades, apropriações e domínios. As territorialidades significam cotidianidades, no tempo e no espaço.

[...] Elas acontecem ao mesmo tempo, articulando sujeito, lugares, territórios em redes próximas e distantes, formando cruzamentos, nós e malhas que estão na base da formação de qualquer territorialidade e território em qualquer relação espaço-tempo (SAQUET, 2011a, p.83).

Há, portanto, múltiplas territorialidades em nossa vida cotidiana, onde, a partir das conceituações propostas por Raffestin, Haesbaert e Saquet, é possível a classificação de vários tipos dessas territorialidades, das mais estáveis às mais instáveis. Não se trata de pensar exclusivamente uma única territorialidade contígua, mas o convívio com múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses, com o momento e o lugar em que nos encontramos.

As territorialidades são determinantes na formação de cada território? são por ele influenciadas?

3.2.2. Temporalidades

O meu tempo não é o seu tempo.
O meu tempo é só meu.

O seu tempo é seu e de qualquer pessoa, até eu.

O seu tempo é o tempo que voa.
O meu tempo só vai onde eu vou.

O seu tempo está fora, regendo.
O meu dentro, sem lua e sem sol.

O seu tempo comanda os eventos.
O seu tempo é o tempo, o meu sou.

O seu tempo é só um para todos,
O meu tempo é mais um entre muitos.

O seu tempo se mede em minutos,
O meu muda e se perde entre outros.

O meu tempo faz parte de mim,
não do que eu sigo.

O meu tempo acabará comigo
no meu fim.

Arnaldo Antunes

Como compreender o tempo? Vivemos o tempo que reúne em si o passado, o presente e o futuro. O que para alguns é o presente para outros pode ser o passado e vice-versa. Em um mesmo espaço, a percepção e a vivência do tempo não é a mesma para diferentes pessoas. Há coexistências de ritmos e temporalidades que datam de períodos e momentos históricos distintos. São tempos desiguais, vividos no território, em diferentes velocidades, complexidades e intensidades. São tempos sobrepostos, mediados pelo homem, produzindo territorialidades cada vez mais complexas.

“Pensar no tempo supõe classificá-lo, ordená-lo, denominá-lo e datá-lo”.
(CANDAU, 2011, p.85).

Podemos pensar o tempo considerando dois grandes movimentos: o tempo histórico compreendido como fluxo contínuo, no qual a definição de períodos, começos e

fins é relativa e aproximada, onde o tempo é duração e movimento; descontínuo, com saltos e superações; e o tempo da coexistência que corresponde às simultaneidades no espaço, isto é, relativo aos eventos e processos que ocorrem ao mesmo tempo, no mesmo lugar ou entre lugares diferentes (SAQUET, 2011a), neste caso são eventos que não apenas se sucedem, mas também são concomitantes.

O tempo histórico, por questão didática, costumamos subdividi-lo em períodos, fases, intervalos e recortes. No entanto, os eventos ocorridos no tempo histórico se sucedem e se sobrepõem um ao outro, sem que haja um momento de ruptura (SANTOS, 1997), o movimento do tempo histórico independe das nossas periodizações. Nós é que “estabelecemos recortes conforme os elementos que pretendemos pesquisar em um determinado espaço e num determinado período” (BRAGA, 2013, n.p). A periodização passa a ser uma metodologia que busca “[...] encontrar, através da história, secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações” (SANTOS, 1985, p.23).

No tempo da coexistência, verifica-se que o tempo em sua duração

[...] não é assimilado como uma quantidade mensurável, mas como uma qualidade associativa e emocional que remete às representações que fazem os membros de um grupo sobre sua identidade e sua historia. Na verdade, o mais comum é que a memória pareça incapaz de restituir fielmente a duração. De fato a consciência do passado não é a consciência da duração, e se nos lembramos de acontecimentos passados, não temos a memória de sua dinâmica temporal, do fluxo do tempo cuja percepção, como sabemos, é extremamente variável em função da densidade dos acontecimentos. Por vezes a memória contrai o tempo, como quando tentamos nos lembrar de um tempo sem acontecimento [...] (CANDAU, 2011, p.87-88)

Esse processo de acumulação do tempo histórico e da conjugação dos diferentes ritmos de tempo, que possibilita a apreensão do passado, a constituição do presente e a projeção do futuro, resultando nas temporalidades.

Nas temporalidades não há

[...] uma homogeneidade no espaço nem no território, mas uma heterogeneidade de tempos e territórios em cada unidade espacial de análise [...].O novo não chega a todos os lugares no mesmo momento temporal, nem se objetiva necessariamente ao mesmo tempo com o mesmo ritmo e com a mesma intensidade em diferentes atividades e lugares. Os tempos concretizam-se em lugares distintos e simultaneamente com ritmos lentos e mais rápidos (SAQUET, 2002, p14).

Há várias temporalidades em cada território, seja ele efetivado na rua, no bairro ou na cidade, espaços onde, a vivência do tempo, bem como sua percepção, não é a mesma para as pessoas. "Há ritmos de mudanças distintos e uma sobreposição histórica e espacial de obras, estilos e significados, passados e presentes" (SAQUET, 2011a, p. 60),

A noção de temporalidade passa a ser importante, pois, juntamente com a de territorialidade, facilita a apreensão das identidades, das relações de poder, das desigualdades e das diferenças. Segundo Candau, os processos identitários

[...] vão ser forjados e instaurados a partir de memórias cuja natureza depende estreitamente das modalidades segundo as quais os membros de um grupo representam o tempo – falamos da multiplicidade de tempos sociais – e se acomodam num fluxo temporal irreversível. (2011a, p.85)

São as temporalidades históricas, a nosso ver, fundamentais na determinação e caracterização do território patrimônio, pois, “[...] a temporalidade conserva e prolonga o passado no presente e no presente antecipa o futuro, no qual o presente feito passado se conservará [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.91).

Sob esta perspectiva é possível compreender

[...] a relação espaço e tempo entendendo a unidade do tempo social com natural, mediado pelo trabalho do homem, que envolve técnicas, tecnologia, modificando assim a paisagem, está é um instrumento muito didático para observarmos a conjugação das sobreposições dos tempos históricos, pois a paisagem é a acumulação de tempos. Então buscamos entender o tempo histórico de forma relacional com o tempo das coexistências, reconhecendo os ritmos diferenciados existentes entre os domínios social, natural, cosmológico. (BRAGA, 2013, n.p.)

Vivemos múltiplas temporalidades e territorialidades, sobrepostas ou não,

[...] em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que contêm traços/características dos velhos territórios e territorialidades (BRAGA, 2013, n.p.).

As referências nos levam a afirmar que vivemos territórios mutantes, com suas múltiplas territorialidades e temporalidades. Alguns desses territórios se consolidam ou se consolidaram através da conjugação das sobreposições das suas territorialidade e temporalidades históricas, nos permitindo pensar em um "Território Patrimônio".

3.3. TERRITÓRIO PATRIMÔNIO

Apesar da maioria dos conceitos relacionados a território e territorialidades questionarem a presença de fronteiras, não há como desconsiderá-las quando estamos tratando de algo relacionado à identidade de um grupo, pois,

[...] os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente eventuais; mantêm sempre determinados vínculos com a realidade concreta. Os vários conflitos pela defesa de fronteiras, por exemplo, demonstram que as referências espaciais permanecem relevantes para a definição ou fortalecimento de identidades. A própria memória (coletiva) de um grupo social precisa de uma referência territorial (SAQUET, 2009, p.6).

As fronteiras ajudam na construção das identidades, pois, “a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais” (SAQUET, 2009, p.6). São limites tênues, mas necessários se queremos compreender a fábrica como um espaço de fortes relações.

Lefèbvre (1991) destaca que a fábrica, desde a sua gênese, impõe a sua lógica particular, pois se instala, propositadamente, perto de fontes de energia, de meios de transporte, de matérias primas e mão de obra específica, gerando formas de ocupação específicas, transformando o espaço em lugar e impondo seus territórios.

No processo de industrialização brasileira, duas formas de ocupação territorial se destacaram:

[...] a partir de meados do século XIX a industrialização vai gerar dois padrões locacionais intra urbanos. De um lado um padrão envolvendo áreas que eram periféricas, mas não distantes no espaço urbanizado de modo contínuo. Tal padrão tinha na indústria têxtil um bom exemplo. Tratava-se de fiações e tecelagens localizadas junto às fontes de energia hidráulica e de suas águas límpidas necessárias às suas diversas operações fabris. Isoladas da cidade, tais indústrias tinham, junto a si uma força de trabalho cativa, residindo em vilas operárias: criou-se assim um espaço industrial constituído de lugar de produção e de residência (CORRÊA, 1995, p.9).

A segunda forma de ocupação envolvia as indústrias que não eram dependentes da força hidráulica. Tais indústrias localizavam-se próximas aos centros antigos, atuais áreas centrais ou centros urbanos expandidos.

Mas não há como negar que as formas de ocupação industrial, centrais ou periféricas, sempre estiveram correlacionadas aos arranjos produtivos locais¹¹ que se desenvolveram nas nossas cidades. Arranjos, ora espacialmente fragmentados, ora sujeitos a sobreposições espaciais e temporais; onde um arranjo não necessariamente começava onde outro terminava e coexistiam em um mesmo território. Estes arranjos ajudaram a criar as memórias urbanas, muitas delas protagonizadas por conjuntos de edifícios fabris, onde, cada lugar tem sua especificidade relacionada ao cruzamento de distintos períodos e pertencendo a uma totalidade que se constrói ao longo da história (FIGUEREDO, 2005).

A história do desenvolvimento industrial de nossas cidades costuma estar dividida em fases. Fases que possuem um ou mais arranjos produtivos, podendo alguns deles transpor várias fases de desenvolvimento. Esses arranjos produziram lugares vinculados

¹¹ Arranjos Produtivos Locais - APL refere-se à concentração geográfica de empresas, fornecedores, prestadores de serviços, entidades associadas, competitivas e cooperadas entre si. Este tipo de arranjo caracteriza-se por ser uma cadeia de produção compartilhada e especializada, em que o grau de colaboração, de cooperação e de complementaridade entre os empreendimentos e com outros agentes, instituições de ensino, pesquisa e fomento, é que diferencia o Arranjo Produtivo Local das aglomerações empresariais. (ALBAGLI, S.; BRITO, J., 2013)

à atividade produtiva – cooperativas, recreativas, hospedagens, que conectados constituíram territórios, com suas territorialidades e temporalidades fortemente imbricadas com a memória e a história das cidades.

Esses lugares vinculados à atividade produtiva emergiram como espaços vivenciados, promotores de identidade; onde, o material (o edifício, o maquinário...) e o imaterial (o saber, o fazer, a amizade, as memórias...) se entrelaçaram. Foram espaços ocupados física e simbolicamente por operários e seus familiares, gerentes, administradores e proprietários. Lugares que, para muitos, se tornaram inteiramente familiares. Muitos deles passaram a ser percebidos pela população por conter significados profundos, representados por imagens referenciais fortes – chaminés, galpões dentre outros. Passaram a ser iconografias resultantes de um somatório de fatores físicos e psicológicos, produto da interação entre o ambiente construído e o comportamento interativo das pessoas que com ela interagiram. As fábricas, neste contexto, podem ser vistas como lugares onde se estabeleceram sentimentos de pertencimento de um ou mais grupos a partir do plano do vivido, do conhecido e do reconhecido. Podem ser lugares com identidade e história.

Nas cidades industriais, alguns lugares fabris são escolhidos pela população como pontos referenciais que os situam no tempo e no espaço. São lugares que os tocam de maneira particular, e que acabam por se tornar pontos de ancoragem de suas memórias. É, talvez, o local onde as pessoas se reconhecem, onde viveram experiências cotidianas e/ou situações excepcionais, onde o tempo e o espaço imbricados asseguram uma feição identitária.

No entanto, a fábrica pode se reeditar como um novo lugar, não necessariamente com a mesma atividade. Neste caso, são aqueles lugares fabris com atividade econômica em profunda decadência, da(s) fábrica(s) fechada(s), do abandono prolongado, onde a interação entre a dimensão espacial e social encontra-se em estágio agonizante ou deixou de existir. São lugares que assumem novas atividades, distintas

das atividades industriais, mas a transformam em um novo lugar privilegiado, com novos sentimentos de pertencimento. Porém, para aqueles que vivenciaram a atividade fabril, pode vir a ser o lugar, onde a sensação do estranhamento prevalece, onde costumamos emitir a seguinte fala: "Este não é mais aquele lugar que eu conheci".

O resgate desses lugares fabris como novos lugares diferenciados costumam acontecer através da transformação dos seus edifícios em espaços de supermercados, shopping centers ou casas de shows. Através desse processo chamado de gentrificação resgata-se o valor arquitetônico e urbanístico, mas, a frase "este não é mais aquele lugar que eu conheci", permanece.

Algumas edificações fabris, em quantidade menor, são transformadas em lugares de memória – museus de indústria ou memoriais. Nesse caso, normalmente, são resgatadas sob a lente do poder dominante, excluindo do processo as várias memórias coletivas construídas e reconstruídas pelos diversos grupos que passaram por aquele espaço, principalmente o grupo dos operários.

Independente do processo de resgate, devemos considerar que o processo de industrialização, lugares interconectados, polarizados ou não, construídos e reconstruídos ao longo do tempo. São tramas de lugares, construindo territórios, mediados por um ou mais espaços fabris pressupondo encontros, confrontos, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos. Frutos de um processo de acumulação de relações sociais entre os diversos atores - operários, seus familiares, administradores, patrões e demais grupos inseridos nesse contexto fabril, intra e extramuro, com intuito primeiro de estabelecer a mais valia e a produção de bens. As relações ali estabelecidas refletem-se no espaço urbano através da forma, da função e de sua significação social. O território fabril desponta como uma das mediações entre as diversas mediações ocorridas na cidade. Ele organiza e concentra a população, impondo sua lógica particular, gerando centralidades urbanas e, formando redes compostas por diversos equipamentos e edificações complementares à atividade produtiva. São as redes

conjugadas com as suas iconografias industriais (chaminés, galpões) que ajudam a formar a base do território fabril.

Os territórios mediados por uma ou mais fábricas, se estruturam justamente entre o desejo dos grupos envolvidos e o que é necessário para o processo de reprodução do capital. O território fabril é visto pela trama material e imaterial produzida por seus lugares e não lugares. Lugares que no momento da sua instalação, procuram assumir uma abordagem conservadora de território, pois buscam delimitar fronteiras físicas, através da inserção de muros, portões e portarias. Entretanto, a vivência do espaço pelos diversos grupos envolvidos tornam as fronteiras territoriais mais difusas, onde, o território da fábrica passa a ser entendido através de um conjunto de relações sociais, espaciais e temporais definidas com a finalidade de conseguir a maior autonomia possível, através de um poder, não necessariamente exercido pelo patrão; existe o líder sindical, o presidente da recreativa, a dona da pensão, deixando transparecer a existência de um jogo que articula exclusões, repressões, censuras, punições e vigias, imbricados com as relações de cooperação, solidariedade e ajuda mútua.

O território é o conjunto das fábricas ativadas, mas também das desativadas. É o território das escolas de ofícios, das cooperativas, das hospedarias, ou melhor, dos lugares e não lugares; interligados por conexões físicas - vias urbanas, mas também simbólicas. Não há uma representação geométrica, pois, as fronteiras são difusas. É um território investido de valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É a jurisdição do cotidiano, do dia a dia, da satisfação das necessidades, das trocas, das relações econômicas, das articulações locais, regionais e até mesmo internacionais. São territórios fluídos, abertos às constantes mudanças da economia, mas é, também, o território das referências (i)materiais; do histórico, do imaginário e das memórias. É o território que se habitou, que se conhece através dos documentos e das lembranças e memórias. São territórios-patrimônio, onde as territorialidades e temporalidades construídas através das memórias afloram de forma mais intensa.

Territórios costumam se organizar de dentro para fora, materializando-se na afirmação do poder investido através de valores legais e/ou simbólicos. A sua formação

esta mais relacionada ao sentido do ter; ter domínio sobre uma determinada área - bairro, cidade ou região, não necessariamente como propriedade ou posse (FROMM, 1977). Suas fronteiras são difusas, porém, não tanto quanto as fronteiras das territorialidades. O uso, neste caso, está ligado à reprodução da força de trabalho e, sobretudo, do capital, e; mesmo quando entremeados de não-lugares, possui um rol de conexões simbólicas que manifestadas pelas diversas formas de relacionamentos existentes, produzem múltiplas territorialidades e temporalidades, ampliando o sentido do ter para, também, o sentido do ser.

O sentido do ser surge no território através das suas territorialidades e temporalidades, são processos mais simbólicos, carregados das marcas do dia a dia, onde convivem múltiplas territorialidades e temporalidades. É um espaço modificado pelo trabalho, intimamente ligado ao modo como operários, patrões e demais envolvidos se utilizam do território, como se organizam e como dão significado a ele. A territorialização, desse modo, segundo Sachet (2011a) significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes de circulação e comunicação.

As diversas relações presentes no espaço fabril, ao longo do tempo, construiu, destruiu e reconstruiu territórios. Seria, então, viável especular-se sobre a ocorrência de um território-patrimônio, que abarca as principais relações presentes nos diversos territórios e ser possível delimitá-lo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Se as próprias fábricas foram responsáveis pela implantação de um estilo de vida local, quanto ao reconhecimento e incentivo dos seus operários – que se dedicavam quase integralmente à vida na fábrica e passavam seus conhecimentos de geração em geração -, como esquecer essa população que, na realidade, moldou e lapidou essa realidade e construiu esse acervo urbano (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 13)

O homem possui na sua essência o trabalho e, este quando objeto de processos industriais, ocorre, preferencialmente, em espaços fabris edificados e impregnados de relações sociais, econômicas, ambientais e culturais. Essas relações se alteram no tempo e no espaço, transformando lugares em lugares diferenciados e; até mesmo em lugares de memória, esses lugares não necessariamente estão fisicamente contidos em si, podem extrapolar suas fronteiras físicas e, também, criar fortes conexões com outros lugares, não necessariamente contíguos fisicamente. Temos aí tramas de relações abstratas interagindo com o elemento propulsor – a fábrica. Essas tramas estruturam territórios, que por sua vez, possuem múltiplas territorialidades e temporalidades. Para estes territórios, precisamos reflexão, pois, a história das fábricas é uma história de conjunto de lugares, em constantes processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Ao término desta dissertação, onde buscamos correlacionar patrimônio industrial e territórios e, com base, ainda, no resumo estruturado no parágrafo anterior, parece-nos possível formular algumas considerações. A primeira delas, objetiva chamar a atenção para a presença de um território fabril, a partir de um conjunto de lugares diferenciados, não necessariamente fabris, mas que gravitam em torno de uma ou mais fábricas. A segunda está mais ligada à desconstrução deste próprio território enquanto forma geométrica e território único, pois, ele possui fronteiras difusas e não é único; existe a presença de múltiplos territórios sobrepostos no tempo e no espaço. A terceira consideração diz respeito às duas dimensões presentes no território fabril: territorialidade e temporalidade. Ambas são dimensões múltiplas, fortemente imbricadas com a imaterialidade do cotidiano. Como última consideração, e esta permanecerá sendo uma interrogação, surge o questionamento sobre como materializar os diversos territórios, considerando as suas territorialidades e temporalidades fabris. Preservar, Registrar ou Inventariar?

Algumas fábricas possuem atributos arquitetônicos que, muitas vezes, por si só justificam a sua preservação patrimonial, porém, ao inserirmos no seu processo de patrimonialização a imaterialidade das relações vividas, transpomos os limites da fábrica. O patrimônio industrial, neste caso, passa a ser visto a partir de seus territórios, já que

não temos apenas fábricas, mas diversas outras edificações integradas. Temos, de fato, uma trama de lugares, constituindo um território, cuja mola propulsora é uma ou mais unidades fabris.

São territórios fluídos, construídos socialmente, organizados, planejados, com significados concretos, mas, também, abstratos. Suas fronteiras são difusas, difíceis de serem delimitadas fisicamente. Não formam apenas um território, mas multiterritórios, pois, temos sobreposições de territórios capazes de romper com os limites espaciais e temporais que costumamos engessar nossos territórios.

Os multiterritórios possuem, ainda, dimensões de territorialidades e temporalidades. São dimensões necessárias para o conhecimento e a validação das relações sociais, espaciais e temporais ali ocorridas.

No entanto, cada grupo constitui o território a sua maneira através de um constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização protagonizados pelas fábricas, e compreendido a partir de um processo histórico, com periodização dos momentos mais significativos e a análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças nele ocorridas.

Compreender e identificar esses territórios e a suas territorialidades e temporalidades, seus processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização considerando os diversos arranjos produtivos locais é de significativo interesse para a compreensão e o reconhecimento do patrimônio industrial (i)material de nossas cidades.

Porém, como identificar, compreender, representar e explicar esses territórios, se as relações por eles demandadas, são relações de uma vida cotidiana, complexa, que envolve o natural, o social e o espiritual; mas, também, as aspirações, apropriações, necessidades, linguagens, frustrações, interações, emoções, razões, encontros e desencontros dos vários grupos atuantes?

O certo é que a dimensão imaterial do patrimônio industrial é, sem dúvida, a parte mais complexa do reconhecimento do patrimônio industrial. Nela, não raramente, surge a discussão entre preservar, registrar, inventariar ou simplesmente esquecer. Neste caso parece mais correto o registro ou inventário, pois os modos de vida, os valores e as representações surgidas através das fábricas sempre evoluirão e continuarão a fazê-lo, produzindo não só um único território a ser lembrado, mas vários, com suas ricas territorialidades e temporalidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades, **Revista TERRITÓRIO**, n. 4, jan./jun., p. 5-26, 1998.

ALBAGLI, S.; BRITO, J. Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais. RedeSist, disponível em <http://www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em 13 de abril de 2013.

ARANTES, O. B. F.; VAINER C. ; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Lisboa: ed. 90º, 2005.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 22, 1987.

BAUDRILLARD, Jean. **A transferência do mal: ensaio sobre fenômenos extremos**. Campinas: Papyrus, 1990.

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil. **Patrimônio industrial e memória urbana em Blumenau/SC** Dissertação [Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade] – UFSC, Florianópolis, 2009.

BOURDIN, Alain. **Le Patrimoine Réinventé**. Paris: PUF, 1984.

BRAGA, Luís Carlos, Alguns apontamentos sobre a discussão da relação espaço e tempo na geografia, **Encontro de Geógrafos da América Latina**, Peru, 2013.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**; tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARTA DE NIZHNY TAGIL Sobre o patrimônio industrial, em português. Disponível em [HTTP://www.patrimonioidustrial.org.br](http://www.patrimonioidustrial.org.br) .Acesso em 15/02/2012.

CASTELLO, Lineu. Há lugar para um lugar na cidade do século XXI? **Revista Eletrônica Arquitexto**. n. 5, p.50-59, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA, Dilney. **Historia do trabalho em Joinville**. Joinville: Todalettra, 2008.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto (Org.). **Cartilha dos direitos culturais**. Fortaleza: Secção Ceará da Ordem dos Advogados do Brasil, 2004.

DANTAS E. M e MORAIS, I. R. D. **Por entre territórios e redes: múltiplas leituras**. Local Editora, 2008.

DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca et al. Território y territorialidad en el desarrollo local. La contribución del modelo SLOT. **Boletim da A.G.E.** n. 39, p. 31-58, 2005.

DICKSON, David. **Tecnologia alternativa**. Madri: H. Blume, 1978.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Memória e experiência de uma cidade do Paraná: a cidade de Maringá**, 2005. Tese [Doutorado em Geografia]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. **O Patrimônio em Processo**: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC – IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.

FROMM, Erich. *Ter ou Ser?*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: Um Debate: **GEOgraphia**, n.17, p. 5-20, 2007.

HAESBAERT, Rogerio. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói: UFF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: Problemas Teóricos de Restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEFÈVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, [S.n], n. 147, p. 23-27, out. 2001.

MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento de tarefas. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.18, n.4, p.7-23, out., 1978.

MENEGUELLO, C. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. **Anais do I Seminário Internacional Historia do Tempo Presente**. Florianópolis: ANPUH, 2011, v.1, p.1819-1834.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Projeto Historia**. São Paulo, PUC, n. 10, p.07-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Nuevo mundo, mundos nuevos, debates**, 2007, [HTTP://www.nuevomundo.revues.org/3212](http://www.nuevomundo.revues.org/3212)>. Consultado em 23 de julho de 2012.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves, Inflação patrimonial: o complexo de Noé da contemporaneidade e as ilusões de eternidade: Vitruvius, 2007. Disponível em [HTTP://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/218](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/218)>. Acesso em: 16 de setembro de 2011.

POULET, Georges. **O espaço proustiano**. Rio de Janeiro:Imago, 1992.

QUAINI, Massimo. **A construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

QUALHARINI, Eduardo L.; FLEMMING, Liane. Intervenções em unidades de tratamento intensivo (UTI): a terminologia apropriada. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007 Disponível em: <<<http://www.cesec.ufpr.br/workshop2007/Artigo-56.pdf>>> Acesso em: 02/11/2013.

RAFFESTIN, C. & BRESSO, M. **Travail, espace, pouvoir**. Lausanne: L'Age D 'Homme, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O Solo, a Sociedade e o Estado. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP/DG, n. 2, p.93-101, 1983.

REIS-ALVES, Luis Augusto. O conceito de lugar. **Revista Eletrônica Arquitextos**, ano 08, ago. 2007.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana: sula teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Carlos. Território e territorialidade. **Revista Zona de Impacto**, UFRO, v.13, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Tese [Doutorado em Geografia] - UNESP, São Paulo, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (org.) **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, p.3-16, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011a.

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate**. v. XIX, p.5-15, 2011b.

SIMMEL, Georg. Ensaio sobre teoria da história. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2011.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TURRI, Eugenio. **La conoscenza del territorio. Metodologia per un'analisi storico-geografica**. Venezia: Marsilio, 2002.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. **Boletim Goiano de Geografia**. n. 21, p.9-49, jan-jul, 2001.

ANEXO 1

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH) Julho 2003

O TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial) é a organização mundial consagrada ao património industrial, sendo também o consultor especial do ICOMOS para esta categoria de património. O texto desta Carta sobre o Património Industrial foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do TICCIH, de carácter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil em 17 de Julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO

Preâmbulo

Os períodos mais antigos da história da Humanidade são definem-se através dos vestígios arqueológicos que testemunharam mudanças fundamentais nos processos de fabrico de objectos da vida quotidiana, e a importância da conservação e do estudo dos testemunhos dessas mudanças é universalmente aceite.

Desenvolvidas a partir da Idade Média na Europa, as inovações na utilização da energia assim como no comércio conduziram, nos finais do século XVIII, a mudanças tão profundas como as que ocorreram entre o Neolítico e a Idade do Bronze. Estas mudanças geraram evoluções sociais, técnicas e económicas das condições de produção, suficientemente rápidas e profundas para que se fale da ocorrência de uma Revolução. A Revolução Industrial constituiu o início de um fenómeno histórico que marcou profundamente uma grande parte da Humanidade, assim como todas as outras formas de vida existente no nosso planeta, o qual se prolonga até aos nossos dias.

Os vestígios materiais destas profundas mudanças apresentam um valor humano universal e a importância do seu estudo e da sua conservação deve ser reconhecida.

Os delegados reunidos na Rússia por ocasião da Conferência 2003 do TICCIH desejam, por conseguinte, afirmar que os edifícios e as estruturas construídas para as actividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. Para além disso, os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro.

1. Definição de património industrial

O *património industrial* compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de

energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A *arqueologia industrial* é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas², criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

O *período histórico* de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais. Para além disso, apoia-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia.

2. Valores do património industrial

Para facilitar a compreensão, a palavra “sítios” será utilizada para referir as paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria, excepto quando estes termos forem utilizados num sentido mais específico.

- i. O património industrial representa o testemunho de actividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a protecção do património industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais.
- ii. O património industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitectura, do seu *design* ou da sua concepção.

- iii. Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.
- iv. A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e devem ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial.

3. A importância da identificação, do inventário e da investigação

- i. Todas as colectividades territoriais devem identificar, inventariar e proteger os vestígios industriais que pretendem preservar para as gerações futuras.
- ii. Os levantamentos de campo e a elaboração de tipologias industriais devem permitir conhecer a amplitude do património industrial. Utilizando estas informações, devem ser realizados inventários de todos os sítios identificados, os quais devem ser concebidos de forma a proporcionarem uma pesquisa fácil e um acesso livre por parte do público. A informatização e o acesso *on-line* na Internet constituem objectivos importantes.
- iii. O inventário constitui uma componente fundamental do estudo do património industrial. O inventário completo das características físicas e das condições de um sítio deve ser realizado e conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção. Muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efectuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim da actividade produtiva de um sítio. Os inventários devem incluir descrições, desenhos, fotografias, e um registo em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento, com as referências das fontes documentais

existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registadas e conservadas, sempre que possível.

- iv. A investigação arqueológica dos sítios industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo nível de elevado rigor com que se aplica no estudo de outros períodos históricos.
- v. São necessários programas de investigação histórica para fundamentar as políticas de protecção do património industrial. Devido à interdependência de numerosas actividades industriais, uma perspectiva internacional pode auxiliar na identificação dos sítios e dos tipos de sítios de importância mundial.
- vi. Os critérios de avaliação de instalações industriais devem ser definidos e publicados a fim de que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios devem ser utilizados para identificar os mais significativos vestígios de paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais mais significativos.
- vii. Os sítios e estruturas de reconhecida importância patrimonial devem ser protegidos por medidas legais suficientemente sólidas para assegurarem a sua conservação. A Lista do Património Mundial da UNESCO deverá prestar o legítimo reconhecimento ao enorme impacto que a industrialização teve na cultura da Humanidade.
- viii. Deve ser definido o valor dos sítios mais significativos assim como estabelecidas directivas para futuras intervenções. Devem ser postas em prática medidas legais, administrativas e financeiras, necessárias para conservar a sua autenticidade.
- ix. Os sítios ameaçados devem ser identificados a fim de que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projectos de restauro e de reutilização.

- x. A cooperação internacional constitui uma perspectiva particularmente favorável para a conservação do património industrial, nomeadamente através de iniciativas coordenadas e partilha de recursos. Devem ser elaborados critérios compatíveis para compilar inventários e bases de dados internacionais.

4. Protecção legal

- i. O património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral. Contudo, a sua protecção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico.
- ii. Programas para a conservação do património industrial devem ser integrados nas políticas económicas de desenvolvimento assim como na planificação regional e nacional.
- iii. Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e económicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais.
- iv. As comunidades industriais que estão ameaçadas por rápidas mudanças estruturais devem ser apoiadas pelas autoridades locais e governamentais. Devem ser previstas potenciais ameaças ao património industrial decorrentes destas mudanças, e preparar planos para evitar o recurso a medidas de emergência.

- v. Devem ser estabelecidos procedimentos para responder rapidamente ao encerramento de sítios industriais importantes, a fim de prevenir a remoção ou a destruição dos seus elementos significativos. Em caso necessário, as autoridades competentes devem dispor de poderes legais para intervir quando for necessário, a fim de protegerem sítios ameaçados.
- vi. Os governos devem dispor de organismos de consulta especializados que possam proporcionar pareceres independentes sobre as questões relativas à protecção e conservação do património industrial, os quais devem ser consultados em todos os casos importantes.
- vii. Devem ser desenvolvidos todos os esforços para assegurar a consulta e a participação das comunidades locais na protecção e conservação do seu património industrial.
- viii. As associações e os grupos de voluntários desempenham um papel importante na inventariação dos sítios, promovendo a participação pública na sua conservação, difundindo a informação e a investigação, e como tal constituem parceiros indispensáveis no domínio do património industrial.

5. Manutenção e conservação

- i. A conservação do património industrial depende da preservação da sua integridade funcional, e as intervenções realizadas num sítio industrial devem, tanto quanto possível, visar a manutenção desta integridade. O valor e a autenticidade de um sítio industrial podem ser fortemente reduzidos se a maquinaria ou componentes essenciais forem retirados, ou se os elementos secundários que fazem parte do conjunto forem destruídos.
- ii. A conservação dos sítios industriais requer um conhecimento profundo do objectivo ou objectivos para os quais foram construídos, assim como

dos diferentes processos industriais que se puderam ali desenvolver. Estes podem ter mudado com o tempo, mas todas as antigas utilizações devem ser investigadas e avaliadas.

- iii. A conservação *in situ* deve considerar-se sempre como prioritária. O desmantelamento e a deslocação de um edifício ou de uma estrutura só serão aceitáveis se a sua destruição for exigida por imperiosas necessidades sociais ou económicas.
- iv. A adaptação de um sítio industrial a uma nova utilização como forma de se assegurar a sua conservação é em geral aceitável salvo no caso de sítios com uma particular importância histórica. As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. É recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga actividade.
- v. Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento económico sustentado. O património industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração económica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos.
- vi. As intervenções realizadas nos sítios industriais devem ser reversíveis e provocar um impacto mínimo. Todas as alterações inevitáveis devem ser registadas e os elementos significativos que se eliminem devem ser inventariados e armazenados num local seguro. Numerosos processos industriais conferem um cunho específico que impregna o sítio e do qual resulta todo o seu interesse.
- vii. A reconstrução, ou o retorno a um estado anteriormente conhecido, deverá ser considerada como uma intervenção excepcional que só será apropriada se contribuir para o reforço da integridade do sítio no seu conjunto, ou no caso da destruição violenta de um sítio importante.

- viii. Os conhecimentos que envolvem numerosos processos industriais, antigos ou obsoletos, constituem fontes de importância capital cuja perda poderá ser insubstituível. Devem ser cuidadosamente registados e transmitidos às novas gerações.
- ix. Deve promover-se a preservação de registos documentais, arquivos empresariais, plantas de edifícios, assim como exemplares de produtos industriais.

6. Educação e formação

- i. Uma formação profissional especializada, abordando os aspectos metodológicos, teóricos e históricos do património industrial deve ser ministrada no ensino técnico e universitário.
- ii. Devem ser elaborados materiais pedagógicos específicos abordando o passado industrial e o seu património para os alunos dos níveis primário e secundário.

7. Apresentação e interpretação

- i. O interesse e a dedicação do público pelo património industrial e a apreciação do seu valor constituem os meios mais seguros para assegurar a sua preservação. As autoridades públicas devem explicar activamente o significado e o valor dos sítios industriais através de publicações, exposições, programas de televisão, Internet e outros meios de comunicação, proporcionando o acesso permanente aos sítios importantes e promovendo o turismo nas regiões industriais.
- ii. Os museus industriais e técnicos, assim como os sítios industriais preservados, constituem meios importantes de protecção e interpretação do património industrial.

- iii. Os itinerários regionais e internacionais do património industrial podem esclarecer as contínuas transferências de tecnologia industrial e o movimento em larga escala das pessoas que as mesmas podem ter provocado, promovendo um afluxo do público interessado em conhecer uma nova perspectiva do património industrial.

Nizhny Tagil, 17 de Julho de 2003

[Tradução da responsabilidade da APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial.]

